



Emanuelle Silva dos Santos

Comunicar o risco ou risco de comunicar.
Uma análise sociológica sobre a estratégia de
comunicação dos jornais impressos portugueses.

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob a orientação da Professor Doutor José Manuel
Mendes apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Emanuelle Silva dos Santos

Comunicar o risco ou risco de comunicar.
Uma análise sociológica sobre a estratégia de
comunicação dos jornais impressos
portugueses.

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor José Manuel
Mendes apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

I dedicate this work to Ingolf Zies, for all support

DEDICATÓRIAS

Dedico este trabalho à minha mãe, Fátima Mesquita, por toda a inspiração como mulher independente e trabalhadora.

Às minhas irmãs Fhernanda e Harmênia

À minha melhor amiga e irmã de coração, Daniela Pantani

Às queridas amigas Glória Pantani, Ana Amélia e Juliana P. Rocha por estar ao meu lado nessa trajetória.

Ao meu amigo eterno, Frederico Almeida, amizade que resiste ao tempo e a distância.

Aos amigos que fiz em Coimbra.

Aos Jornalista.

AGRADECIMENTOS

À Deus, à Nossa Senhora e à Ciência por iluminarem meu caminho.

Ao Professor José Manuel Mendes pelo valioso contributo na realização deste trabalho e em demonstração à admiração aos seus conhecimentos na temática.

À Professora Sílvia Portugal pelo acompanhamento dado à mim, prestando toda a atenção necessária.

Aos jornalistas.

ABREVIATURAS

ACD- Análise Crítica do Discurso

AFP- Agence France Press

CRED- The Numbers and Trends. Centre for Research on the Epidemiology of Disaster

DC- Diário de Coimbra

DB- Diária as Beiras

DN- Diário de Notícias

EM-DAT- Emergency Events Database

GRM- Governo Regional da Madeira

JM- Jornal da Madeira

JN- Jornal de Notícias

NOAA- National Oceanic and Atmospheric Administration

ONG'S- Organizações não-governamentais

ONU- Organização das Nações Unidas

PB- Público

TA- Teoria Ancorada (Grounded Theory)

UE- União Européia.

UNISDR- Década Internacional para a Redução dos Desastres Naturais

RESUMO

De acordo com os dados do EM-dat (Emergency Events Database), o número e a intensidade dos desastres naturais aumentaram consideravelmente em todo o mundo, principalmente a partir da década de 50. Consequentemente, a divulgação destes acontecimentos pelos media tornou-se cada vez mais freqüente. A amplificação do risco é considerada um processo de intensificação ou atenuação dos fatos durante a transmissão de informação vinda de fontes de informação para transmissores intermediários e, finalmente, chegando aos receptores. O presente projeto terá como principal finalidade estudar as estratégias de comunicação utilizadas pelos jornais impressos em Portugal, em uma situação de desastre natural, pretendendo, primordialmente, analisar as características que são relevantes, ou não, à construção da notícia sobre este tema. Para tal, realizamos entrevistas com jornalistas e analisamos notícias publicadas em três diferentes jornais portugueses sobre o caso das inundações na Ilha da Madeira em 2010. Para este fim, recorremos à metodologia qualitativa da Teoria Ancorada não somente no processo de análise mas em todo processo no decorrer desta pesquisa, na tentativa de conseguir perceber, mais detalhadamente, como o sistema redacional executa a hierarquização do grau de valor noticioso que um acontecimento pode adquirir.

ABSTRACT

According to data from EM-DAT, the number and intensity of natural disasters have increased considerably around the world, mainly from the 50's. Therefore, the disclosure of these events in the media has become increasingly frequent. The amplification of risk is considered as a process of intensification or attenuation of the fact that during the transmission of information from sources of information for intermediate and finally coming transmitters to receivers. This project has as its main objective to study the communication strategies used by newspapers in Portugal in a natural disaster situation, aiming primarily to analyze the characteristics that are relevant, or not, to the construction of news about this topic. To this end, we conducted interviews with news reporters and analyze the news articles published in three different Portuguese newspapers about the case of floods in Madeira in 2010. For this purpose, we use the qualitative methodology Grounded Theory, not only during the data analysis process, but throughout the course of research, in an attempt to see how the redactorial system works in these Portuguese newspapers and outlining an hierarchy of the newsworthy degree that an event can acquire.

INDEX

DEDICATÓRIAS	5
ABREVIATURAS	9
RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO	13
1. TEORIA DA COMUNICAÇÃO E O RISCO	16
1.2 Amplificar o Risco	23
1.3 A Realidade nos Media	27
1.4 Discurso dos Media como Prática	29
1.5 Meio Social e Jornalista	30
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DESASTRES NATURAIS	34
2.1 Desastres Naturais Mundiais.....	39
2.2 Desastres Naturais em Portugal.....	39
2.3 Bancos de Dados.....	40
3. METODOLOGIA	42
3.1 Definição da Amostra e Coleta dos Dados	42
3.2 Modelo Analítico.....	43
3.2.1 Teoria Ancorada Aplicada às Entrevistas	43
3.2.2 <i>Análise Crítica do Discurso Aplicada aos Jornais</i>	48
4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	51
4.1 Resultados da Análise das Entrevistas	51
4.1.1 <i>Tabela de Codificação das Entrevistas</i>	51
4.1.2 <i>Linha Interpretativa</i>	54
4.2 Resultados da Análise dos Jornais.....	58
4.2.1 <i>Fator Noticioso</i>	58
4.2.2 <i>A Imagem</i>	59
4.2.3 <i>O Poder Simbólico dos Media na Coesão Social</i>	60
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
Referência Bibliográfica	71
ANEXOS	77
GUIÃO	80

INTRODUÇÃO

Os desastres naturais acontecem devastando tudo que encontram pelo caminho: casas, cidades, plantações, “varrendo” não só o espaço geográfico mas deixando um imenso vazio aos sobreviventes. A sociedade moderna está marcada pela velocidade e o fluxo de notícias, incluindo aqui os desastres naturais que aconteceram do outro lado do globo, as são difundidas quase que instantaneamente, seja por um morador local que posta uma mensagem ou foto no Twitter ou Facebook¹, seja por colaboradores e correspondentes das agências de notícias, os quais estão cada vez mais conectados e em interações sociais virtuais². A modernidade trouxe uma nova maneira de amplificar as notícias, aumentando o fluxo e a velocidade em que são atualizadas. Hoje temos “notícia fresca” a cada minuto ou a cada segundo, na tentativa máxima dos meios de comunicação de descrever o ocorrido e de superar a concorrência. Estes são alguns dos motivadores para que a indústria mediática do desastre esteja cada vez mais aquecida.

Uma tentativa constante de tornar, por exemplo, um acontecimento de um tsunami em uma “notícia tsunami”, por meio da qual emerge uma volumosa audiência, e, de forma inesperada e veloz, um fluxo gigantesco de informação. A notícia torna-se um tsunami em si. Logicamente, assim como ocorre nos tsunamis, há aqueles que ficaram de fora. Mesmo em sociedades modernas, como a nossa, há aqueles que não recebem uma determinada notícia pelos media, seja porque selecionou aquela notícia como sendo algo não importante para si, seja porque a recebem por outros meios com uma terceira pessoa que leu ou viu e que repassa a notícia. Os receptores não atuam aqui de uma forma totalmente passiva, mas escolhem, filtram, participam, comentam os fatos ou os ignoram, esquecem-se até ou misturam fatos de diferentes acontecimentos ou buscam algo que seja “mais interessante”.

¹ Uma das redes sociais mais usadas na atualidade, Facebook tem 750 milhões de usuários de acordo com as estatísticas do próprio Facebook em Agosto de 2011. Fonte: <http://www.facebook.com/press/info.php?statistics>. O Twitter tem 200 milhões de usuários segundo a BBC, Retrieved 28 March 2011. Fonte: <http://www.bbc.co.uk/news/business-12889048>

² Bauman (2001), no seu livro “Modernidade Líquida”, salienta que nas sociedades modernas as relações sociais e afetivas tornaram-se líquidas, rápidas e superficiais, com total fragilidade e que podem romper a qualquer momento.

O interesse midiático aumenta quando são abordados temas envolvendo um número considerável de mortos e feridos, como é o caso das catástrofe naturais ou das guerras. Contudo, devemos questionar a problemática da responsabilidade social da comunicação social: o papel que esta tem no momento em que acontece um desastre e os efeitos produzidos pela disseminação de uma determinada mensagem. O desastre natural é um “prato cheio” para os media de uma forma geral, seja impressos, televisionados, radiodifundidos ou online. Apesar de todas as tragédias envolvidas, este tipo de evento é muito interessante e aborda complexidades de tipo sociocultural e econômico, envolvendo diversos stakeholders direta ou indiretamente: moradores, media, ONG’s, proteção civil, bombeiros, policia, Agências de Notícia etc.

A comunicação é o processo por meio do qual se transmite informação entre indivíduos tornando possível a interação entre eles. Um processo totalmente vital dentro de qualquer sociedade, sendo essencial para a construção e manutenção dos seus sistemas. É, em princípio, a capacidade de transmitir intenções, sentimentos, conhecimentos, estabelecendo desta forma interações de pessoa para pessoa.

A comunicação de massa é um tipo particular de comunicação, visto que a sua audiência tem um caráter heterogêneo e anônimo. Além do que ela pode ser ainda caracterizada como sendo pública, rápida e transitória. Pública, porque não é endereçada para indivíduos específicos, excluindo desta forma, cartas, telefonemas, telegramas, postais, frases nas redes sociais, etc. Rápida, pois o envio de informação é feito para atingir grandes audiências em tempo relativamente curto ou simultâneo, como é o caso dos *mass media* online. Por fim, transitória, já que tem o intuito que as mensagens sejam consumidas imediatamente. A comunicação tem em si uma certa globalização da informação local. (McQuail, 2003).

Esta pesquisa busca questionar quais são as estratégias implícitas e explícitas usadas pelos jornais portugueses para a criação da notícia sobre um desastre natural. Para um entendimento mais aprofundado sobre o processo da comunicação de um acontecimento desastroso, usaremos métodos qualitativos que serão melhor descritos nos capítulos 4 e 5.

O presente projeto terá com finalidade estudar as estratégias de comunicação dos jornais impressos portugueses em uma situação de desastre natural, pretendendo, primordialmente, analisar as características que são relevantes, ou não, à construção de

uma notícia sobre este tema. Para tal, analisamos notícias públicas em três diferentes jornais portugueses sobre o caso das inundações na Ilha da Madeira em 2010 e, para além disso, entrevistas realizadas com jornalistas. Falaremos mais detalhadamente sobre a seleção da amostra e o tipo de análise realizada no capítulo 4, destinado a metodologia.

O projeto deu origem a esse estudo que se encontra dividido em 5 capítulos:

O primeiro capítulo, primeiramente traçaremos as principais Teorias da Comunicação e a aplicação desta no âmbito da Comunicação do Risco, trazendo à tona preposições como função e disfunção dos media. A importância de trazer o debate para esse estudo é relacionar não somente as influências das teorias clássicas e a evolução temporal à amplificação do risco, mas também à construção da realidade pelos media.

No segundo capítulo, procuraremos fazer uma contextualização dos desastres naturais. Primeiramente, serão expostos os conceitos de desastre e risco utilizados por alguns autores pertinentes como Beck e Giddens. Posteriormente, será apresentado dados dos acontecimentos desastrosos mais significativo nos últimos 110 anos, juntamente a isto será acrescentado brevemente o contexto dos desastre em Portugal, também o período entre 1900 e 2011, trazendo à tona a importância de alguns bancos de dados como o EM-Dat.³

O terceiro capítulo apresentaremos as ferramentas metodológicas utilizadas para o desenvolvimento deste estudo qualitativo: Análise Crítica do Discurso e a Teoria Acorada. A Análise Crítica do Discurso foi utilizada na análise dos artigos dos jornais selecionados e a Teoria Acorada ajudou-nos a traçar os contornos desta pesquisa e a preposição de teorias com base nos dados coletados.

No quarto capítulo discutiremos e analisaremos os resultados que foram encontrados com a utilização da metodologia qualitativa que escolhemos. Este capítulo está dividido entre as entrevistas e jornais, separados para uma melhor compreensão da estratégia utilizadas neste trabalho, assim como detalhamento sobre os dados recolhidos.

Finalmente, no quinto e último capítulo faremos uma conexão entre as principais descobertas e as preposições para o futuro

³ EM-dat- Emergency Events Database. Fonte: <http://www.emdat.be/>

I. TEORIA DA COMUNICAÇÃO E O RISCO

É perante o cenário de morte, vítima, sofrimento e perda, que os jornalistas têm de exercer o seu trabalho e comunicar os fatos sobre um determinado acontecimento desastroso. Nessa perspectiva, podem ocorrer diferentes viés de comunicação. Um deles é a exploração do sentimento de perda e desses mortos; ou pode-se criar uma história descritiva sobre o cenário, a destruição do espaço urbano e a apresentação do dados oficiais e das vítimas, o número de afetados e a estimativa de perdas materiais. Outro viés seria denunciar, seja em busca de encontrar quem são os “culpados”, seja porque medidas de prevenção deveriam ter sido aplicadas; ou até mesmo mostrar as disparidades dos dados oficiais apresentados.

Faremos uma apreciação de algumas teorias clássicas da comunicação, entendendo que estas são de extrema relevância para percebermos as particularidades das teorias originárias da comunicação e a evolução destas ao longo do tempo.

1.1 A Maneira Clássica de Comunicar

As conseqüências da atividade midiática e os objetivos existentes por detrás desta foram o foco de atenção para alguns autores, em destaque para Merton (1968), cujo intuito principal era perceber as funções manifestas dos efeitos pretendidos e a função latente dos efeitos não pretendidos pelos *mass media*. Ele salienta que nem todos os efeitos produzidos tem valor positivo, existindo também resultados indesejados ao sistema social, são assim as disfunções.

Merton e Lazarsfeld (1975) sugerem outras funções para as comunicações de massa: a concessão de status e o fortalecimento das normas sociais através de uma notícia. Concessão seria o desviar do foco para um determinado fenômeno ou pessoa e lhe conferir um caráter público tirando o anonimato deste. Para além disso, a comunicação de massa desempenha uma função moralizante, fortalecendo o controle social sobre os indivíduos da sociedade. No caso da comunicação do risco existem funções e disfunções como: detecção do fato (coleta prévia e distribuição de informação);

interpretação deste primeiro pelo jornalista e depois por quem recebe as notícias, tomando-as orientação que podem ser formas de conduta para aqueles que estão desorientados ou, ao contrário, podendo gerar o caos. Voltaremos a falar disso no Capítulo 5 sobre os resultados encontrados com as análises realizadas.

Os autores ainda argumentam sobre a *privatização*, ou seja, os indivíduos são saturados pelo excesso de informações recebidas sobre desastres ou guerras, por exemplo, reagem refugiando-se nos assuntos de suas vidas privadas, sobre as quais têm maior controle. Outra disfunção que a comunicação de massa pode produzir é a *narcotização*: o acesso aos noticiários também podem causar apatia. As informações sobre o mundo dão aos indivíduos a falsa sensação de domínio sobre o que lhes cerca. Desta forma, as pessoas passam muito tempo absorvendo informações, mas, efetivamente, acabam agindo pouco, por talvez acreditarem que um cidadão informado já é um cidadão ativo. Outra disfunção que os *mass media* podem causar seria a de ter a “utilidade” de avaliar, interpretar os acontecimentos para os receptores enfraquecendo o senso crítico destes. Ou seja, quando uma notícia é muito formatada os indivíduos não precisam classificá-la, interpretá-la, tomando para si as interpretações pré-estabelecidas. Consomem a notícia que já vem “mastigada”, sem uma auto-reflexão do que está sendo dito. O que acontece muitas vezes no caso de um desastre natural, no qual a audiência consome a notícia, tomando como verdadeira, seguindo instruções, recomendações de sobrevivência, acreditando na dimensão do desastre, como “se está no jornal é porque é verdade”, podendo gerar tanto o caos, como a tranquilidade para os leitores de terem a impressão de que estão informados, sabem o que fazer se isso lhes acontecer.

A audiência de massa é caracterizada pelos elementos anteriormente descritos, como heterogeneidade, tamanho e anonimato em relação ao comunicador, além de incluir pessoas de todos os níveis sociais, culturais e econômicos. Existe pouca interação ou troca entre os indivíduos que compõem a massa, são membros de uma multidão. A massa é organizada de forma menos concreta, não é capaz de agir como um todo, ou uma unidade, já que o seu todo é heterogêneo.

Historicamente, a teoria hipodérmica coincide com o período das duas guerras mundiais e com difusão das comunicações de massa, e representou a primeira relação que este último fenômeno provocou entre estudiosos de proveniência diversa. Os principais elementos que caracterizam o contexto da teoria hipodérmica são, por um lado, a novidade do próprio fenômeno das comunicações de massa e, por outro, a ligação

desse fenômeno às trágicas experiências totalitárias daquele período histórico. A posição defendida por este modelo pode abreviar-se na afirmação segundo a qual “cada elemento do público é diretamente atingido pelas mensagens (Wright apud Wolf 1995).

Foi elaborada inicialmente nos anos 30, exatamente na época de ouro da teoria hipodérmica, com a aplicação de um paradigma para a análise sociopolítica. O modelo teórico proposto pelo cientista político Harold Lasswell (apud McQuail,2003), o qual explica as formas adequadas para descrever um ato de comunicação e deveria responder as seguintes perguntas: quem? Disse o quê? Quando? E porquê?

Qualquer uma destas variáveis define e organiza um sector específico da pesquisa: a primeira caracteriza o estudo dos emissores, ou seja, a análise do controle sobre o que é difundido. O quê, por sua vez, estuda a segunda variável, elabora a análise de conteúdo das mensagens, enquanto o estudo da terceira variável dá lugar à análise dos meios. O estudo científico do processo comunicativo tende a concentrar-se em uma ou outra destas interrogações. O modelo de Lasswell intensificou a análise de propaganda, estudos estes que intensificaram-se com a Segunda Guerra Mundial. Naquela época o governo norte- americano para desmarcar jornais e periódicos suspeitos de propaganda considerada subversiva. As análises das audiências e dos efeitos dos media definem os sectores restantes de investigação sobre os processos comunicativos de massa.

Na atualidade, este método continua a ser usado para a elaboração das notícias, mas de uma forma um pouco mais elaborada. Hoje, a mesma notícia pode ter diferentes faces, dependendo de vários fatores: interesse do jornalista, política a ser seguida pelo jornal onde trabalha; pressão de anunciantes, patrocinadores e demais interessados; o público alvo; as fontes disponíveis; tempo; logística; etc.

Historicamente, a teoria crítica identifica-se como o grupo de investigadores que frequentou o *Institut für Soziologieforschung* em Frankfurt. Fundado em 1923, este Instituto torna-se um centro importante, adquirindo a sua identidade definitiva com a nomeação de Max Horkheimer para seu director.

A Escola de Frankfurt, uma das principais escolas de teoria social sobre *mass media*, foi composta primeiramente por filósofos-sociólogos como Adorno, Marcuse, Lowenthal e Benjamin. Esta escola trouxe a tona uma nova perspectiva crítica dentro dos estudos da comunicação social. A dominação era o tema central, demonstrando que os produtos

sociais contribuem para criar reprodução e manutenção da ideologia de dominação e, conseqüentemente, na própria estrutura da sociedade.

Adorno e Horkheimer (1985) chamaram a indústria mediática como indústria cultural, ou seja, responsável pela produção simbólica e de significados. Para eles, as pessoas aderiam acriticamente a valores que lhes eram impostos por essa indústria cultural sem exprimir o que pensam, mas sim o que a ideologia dominante queria que as mesmas pensasse. Os pensadores da primeira geração da escola de Frankfurt notaram que a família, a escola e a religião estavam a perder sua influência socializadora para os meios de comunicação social (Renn, 2006). Para eles o capitalismo tinha ultrapassado a fronteira econômica e penetrado no campo da formação de consciências e transformando os valores culturais em mercadoria.

Apesar de muito interessante, a Escola de Frankfurt deixa a desejar em alguns aspectos, como: considerar a indústria cultural homogênea; considerar o produto desta indústria homogênea e estandardizado; considerar os indivíduos como uma massa totalmente acrítica e o poder dos medias como onipotente.

Na segunda geração encerramos a grandiosa influência de Habermas que veio a fortificar a noção de que os produtos culturais vêm tornando-se cada vez mais uma mercadoria. A comunicação é para Habermas fato crucial na vida em coletividade. Uma espécie de jogo linguístico que pauta a percepção e a negociação de valores, a visão do mundo e dos outros. Ele foi o criador da *“Teoria da Ação Comunicativa”* (1987) criticando a razão tecnicista da sociedade atual que coloca a performatividade antes do homem, cujo agir-comunicar permite estabelecer as normas que tornam viáveis as ações e os entendimentos.

Acresce a isto, para Habermas, que a imprensa, sustentada pela economia de mercado, penetrou no público e levou, conseqüentemente, ao desenvolvimento da consciência crítica pela burguesia em relação ao estado, à política e às instituições tradicionais. Entretanto, esse poder econômico deslocou a imprensa para uma esfera privada de fundo mercantil com objetivos últimos do lucro e do fabrico do consentimento dos governados. Quanto mais se tornou eficaz o jornalismo-publicitário tanto mais vulnerável tornaram-se os meios de comunicação à pressão de determinados interesses privados, sejam individuais sejam coletivos, sobrepondo-se a finalidade primária de informar sobre o fato-real (Habermas, 1987:221).

Luhmann (1995) contesta as idéias de Habermas à privatização da esfera pública, desencadeada pela pulverização do espaço público, acompanhada pela desregulamentação dos media e pela emergência de uma sociedade orientada para a valorização dos interesses dos indivíduos, muitas vezes, em detrimento dos interesses da coletividade. No ponto de vista luhmanniano, os conceitos com que a comunicação é descrita devem na sua totalidade desprender-se de qualquer relação com o sistema psíquico e referirem-se somente ao processo de comunicação pela comunicação (Luhmann apud Torres Nafarrate, 2000). Logo, a comunicação na sua forma constitutiva primária definida como código ou como sistema de diferenças não possui consciência, não valoriza nem discrimina, não é nem boa nem má para o ser humano. É somente um acontecimento cego (cfr. Torres Nafarrate, 2000).

Nas premissas do pensamento de Luhmann, a sociedade é pura comunicação e toda a comunicação é sociedade. Estando completamente auto-contida, a comunicação não pode ser afetada por nada que exista fora dela. A sociedade é o universo de todas as comunicações possíveis envolvendo pelo menos duas pessoas:

“Die Autopoiesis der Kommunikation produziert Kommunikation aus Kommunikation – nie aus Bewußtseinszuständen; aber diese Produktion setzt als gleichzeitig gegebenes Medium Bewußtsein voraus. Wie schon im Verhältnis von Bewußtsein und Leben ist also auch hier die strukturelle Kopplung ein Verhältnis der Gleichzeitigkeit. Das heißt [...]: sie kann nicht als kausale Sequenz von Ursache und Wirkung begriffen werden.” (Luhmann 1992: 43)⁴

Gramsci (1971) acrescentou a idéia marxista clássica da existência de um aparelho que constrange a dinâmica social e assegura a manutenção social. Distinguindo em dois: o aparelho repressivo e o aparelho ideológico. O primeiro é constituído por um complexa articulação entre governo, administração pública, tribunais, prisões, forças armadas. Já o segundo é constituído pelas igrejas, escolas, sindicatos, indústria cultural e a comunicação social. Para o autor, a classe dominante exerce sua hegemonia sobre a sociedade através do controlo hegemônico desses aparelhos.

⁴ Tradução livre da autora: “A autopoiesis da comunicação produz comunicação da comunicação - nunca fora da consciência, mas esta produção também requer uma confiança em um dado meio. Como relação à consciência e à vida é aqui também o acoplamento estrutural, uma relação de simultaneidade. Isso não [...]: que pode ser entendido como uma sequência causal de causa e efeito”.

Há também os frankfurtianos de terceira geração acrescentando novas idéias de como a comunicação social exerce influência de forma positiva, como Hans Magnus Enzenberger (1974), que defende que os meios de comunicação, em especial a televisão, possuem um grande potencial emancipador, visto que possibilitam a consciencialização das pessoas para os problemas das sociedades contemporâneas e podem estimular a participação nos processos de tomada de decisão.

A escola francesa que tem como referência Pierre Bourdieu (1997) é crítica da televisão, considerando que os jornalistas são coniventes com o processo de dominação, simbolizados e amplificados nos media. Ele sugere que a espectacularização da informação obriga a tornar tudo mais leve, mais simples, curto, fácil, superficial, sedutor, espectacular dramático ou divertido, mesmo quando a realidade é complexa, descolorida fenomenologicamente. Para Bourdieu, o campo jornalístico tem uma lógica particular que constrange e controla os jornalistas. Este campo seria constituído de dois pólos: o pólo intelectual, associado ao jornalismo de qualidade, e o pólo comercial associado às vendas, tiragens e audiência. O primeiro campo se legitima pelo reconhecimento dos valores e o segundo pelo reconhecimento dos lucros e do sucesso comercial. Sendo que a lógica comercial tenta impor-se através de idéias feitas, comuns e banais. E a lógica intelectual tenta impor-se demonstrando as idéias feitas e sua vacuidade.

Com os conceitos de *capital cultural* e *domínio cultural* Bourdieu (1997:10) tenta explicar os mecanismos de dominação e mobilidade social, visto que alguns atores sociais acumulam estes capitais enquanto outros são excluídos e os meios mediáticos são sem dúvida parte formadora deste processo.

“Cultural capital can exist in three forms: in the embodied state, i.e., in the form of long-lasting dispositions of the mind and body; in the objectified state, in the form of cultural goods (pictures, books dictionaries, instruments, machines, etc), which are the traces or realizations of theories or critiques of these theories, problematics, etc. And in the institutionalized state, a form of objectification which must be set apart because, as will be seen in the case of educational qualifications, it confers entirely original properties on the cultural capital which it is presumed to guarantee.”⁵ (Bourdieu, 1986:242)

⁵ Tradução livre da autora: "O capital cultural pode existir em três formas: no estado incorporado, ou seja, em forma de longa duração disposições da mente e do corpo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais (imagens, dicionários livros, instrumentos, máquinas , etc), que são os traços ou realizações de teorias ou críticas dessas teorias, problemáticas, etc e no estado institucionalizado, uma forma de objetivação que deve ser diferenciada, porque, como será visto no caso de habilitações literárias, confere propriedades inteiramente original sobre o capital cultural que se presume para garantir”.

Segundo Foucault (1977:12), as variáveis sociais são responsáveis pela construção do *self*. Ou seja, as pessoas não tem uma essência identitária, mas esta é construída ao longo do tempo com as interações entre os sujeitos. A identidade é algo comunicado aos outros nas nossas intercâmbios entre eles. Desta forma, os meios de comunicação têm um papel vital na construção de idéias, na forma de diálogo entre os atores, desde o que eles selecionam até o que é difundido entre eles. Como falaremos mais adiante no capítulo sobre a Análise Crítica do Discurso sobre os jornais que foram selecionados, estes são responsáveis pela construção e manutenção da coesão social, de uma identidade de comunidade e fraternidade, influenciando a conduta das pessoas e, por conseguinte, a integração e a interação entre os atores sociais.

Essa breve releitura de algumas teorias da comunicação é relevante no que nos remete à reflexão sobre como é realizada a troca de mensagem, e informação por meio dos jornais impressos em Portugal. O processo comunicativo em uma situação de catástrofe pode tornar-se complicado quando envolve um número muito considerável de vítimas, desabrigados, visto que poderá cativar emoção tanto dos sobreviventes como dos jornalistas e dos leitores que acompanham a notícia -podendo isso tornar-se fator essencial para ganhar mais audiência. Para além disso, aqueles que sobrevivem no meio de um cenário de destruição total, a comunicação é fundamental, visto que estão atordoados, tendo suas capacidades de discernimento e de intuição abaladas. Desta forma, buscam vizinhos, bombeiro, ou quem primeiro lhes aparecer. Os media são a outra fonte, que passa a ser autoridade “da verdade”, do que se passa, informar as estas pessoas o que fazer, mostrando-lhes a dimensão dos fatos⁶.

Por isso, comunicar o risco pode tornar-se um “risco”, já que há este confronto amplo entre a emoção e a razão, sendo mais fácil criar alarmes, disseminar o medo do que combater a “tentação” de explorar esse lado mais vulnerável das pessoas. Como conjugar dois fatores: comunicar e fato desastrosos sem prejuízo do sucesso comunicativo, e nem tão pouco o adulterar da realidade durante o processo de

⁶ Claro que muitas vezes essa comunicação pode gerar o contrário: o caos, super-dimensionando os fatos para ganhar audiência, vender mais jornais, enfim “ganhar da concorrência”.

comunicar (seleção das fontes, das histórias, da foto, edição, etc)? Alguns questionamentos foram levantados ao longo da realização deste trabalho:

Existem jornalistas especializados em situação de desastres? E se há, isso altera o teor da notícia?

Que fatores são considerados de grande valor noticioso? Ou seja, o que busca o jornalista quando está presente em um cenário de desastre?

Durante o século XX foram criados grandes programas governamentais e burocráticos que visaram avaliar e administrar o risco nas sociedades industriais. Com as cidades se tornando cada vez mais modernas e industrializadas, as pessoas passaram por melhoras da saúde, da segurança, obtiveram uma maior longevidade da vida. Entretanto, percebiam-se como se estivessem menos vulneráveis aos perigos tecnológicos e naturais, como se pudessem ter mais controlo do que estava a sua volta.

1.2 Amplificar o Risco

Estudos sobre a percepção do risco (Karperson e Kasperson, 1988b, 2005; Slovic, 2000; Wildavsky e Dake, 1990) demonstram que as pessoas tendem a ter uma concepção muito ampla sobre o risco. A grande maioria tem como potencial de resposta a capacidade pessoal de influência, a familiaridade com o perigo, o voluntariado como forma de participação. Esta percepção está enviesada por interesses econômicos e reflexos de valores culturais. As experiências no campo do risco, por um lado, são amplamente utilizadas para formular políticas públicas e, de outro, muitas vezes são incapazes de formular conceitos atuais do risco para antecipar e explicar a natureza da resposta do público.

Diversas pesquisas sobre a experiência do público com o risco não foram capazes de estabelecer uma teoria que abranja os diferentes aspectos e explique como um pequeno fenômeno envolvendo risco possa produzir uma enorme reação do público, acompanhada de substanciais impactos sociais e econômicos.

Nas últimas décadas ocorreram vários debates entre escolas de pensamento objetivo e subjetivo, entre abordagens estruturalistas e individualistas. Teorias que trouxeram a tona a perspectiva de que contextos sociais e culturais modelam percepções e

cognições. Foi necessária uma teoria mais abrangente que agregasse uma análise técnica do risco com uma perspectiva cultural e social e incorporasse as reações dos indivíduos, as quais modulam os conhecimentos adquiridos do público sobre o risco.

Como todo processo de interação social, uma situação de risco, seja ela tecnológica ou natural, é fruto de uma estrutura complexa envolvendo a comunidade, as percepções dos indivíduos, a amplificação social do risco e os seus efeitos.

Um dos objetivos-chaves da comunicação do risco é sem dúvida construir confiança (Renn, 2008), respondendo às questões do público e dos stakeholders, fazendo com que esses entendam a racionalidade dos fenômenos do risco e as decisões administrativas pós-fato, ajudando-os a chegar a um julgamento equilibrado sobre o que realmente importa e seus próprios interesses e valores (OECD apud Renn 2006). A comunicação do risco é indispensável para que haja uma clarificação sobre toda a complexa situação do risco, desde o problema em si até a monitorização dos impactos. Para isso, a comunicação do risco deve seguir algumas tarefas essenciais, sendo uma delas estabelecer uma conexão entre assessores de prevenção pública, os cientistas, os técnicos do risco, gestores do risco, responsáveis por decisões políticas e legais, para que haja uma melhor performance na gestão deste tipo de situação.

Outra tarefa que os comunicadores do risco devem ter é a de buscar uma aproximação com o público, e com os afetados, ou aos entendimentos dos discursos feitos pelos gestores do risco, na tentativa destes de promoverem suas agendas em uma tentativa de controle dos comportamentos dos stakeholders.

A amplificação do risco é considerada na teoria da comunicação como um processo de intensificação ou atenuação dos fatos durante a transmissão de informação vinda de fontes de informação para transmissores intermediários e finalmente chegando aos receptores (Kasperson, 1988a). As agências de informação (Lusa, Reuters, France Press, dentre outras) enviam o telex para os jornais locais, os quais formam uma mensagem para um transmissor, ou mesmo diretamente para o receptor. Os sinais são decodificados e interpretados pelos transmissores de modo que a mensagem possa ser compreendida pelos receptores. Cada transmissor altera a mensagem original, intensificando ou atenuando alguns sinais de entrada, adicionando ou excluindo outros. A mensagem só tem um significado para os receptores se e somente se inserida em um contexto sociocultural.

Algumas teorias sobre o processo de amplificação do risco (Kasperson e Kasperson; 2005; Renn, 1992; Slovic, 1992) consideram que eventos relacionados com situações de perigo interagem com processos sociais, institucionais, culturais e psicológicos que podem intensificar ou atenuar as percepções do risco e o comportamento dos indivíduos, comportamento estes que interferem no âmbito econômico e social (Renn, 2006) Sem falar nos impactos indiretos que podem ser observados, tais como: a responsabilidade, custo dos seguros, a perda da confiança nas instituições e até mesmo a alienação dos assuntos da comunidade.

O processo de comunicação do risco transforma sinais físicos em expressões verbais significativas que serão amplificadas ou atenuadas dentro dos diferentes canais de comunicação da sociedade, passando por diversos atores sociais, que ao colocarem suas interpretações causam mudanças nas mensagens ao longo do processo. Essas transformações e amplificações das mensagens são importantes incentivos para os grupos sociais ou os indivíduos agirem ou modificarem o seu comportamento.

Os autores sociais são estações de amplificação, os quais processam e respondem às informações em diferentes maneiras. Como um efeito em cadeia, as mudanças sociais estimulam mudanças na estrutura social e tecnológica, resultando em novos controles institucionais e novas políticas do risco.

As fontes primárias da comunicação são distintas, o que pode tornar particular a seleção dos sinais a serem transmitidos. Como é o caso dos cientistas, os quais focalizam sistemáticos aspectos do risco, identificando elementos que abrangem toda a situação de risco. Reguladores, profissionais dos media, cientistas, organizações ambientais, organizações de ajuda humanitária, associações, autoridades nacionais, cada um tem um particular foco nos aspectos dos problemas de um desastre, usando suas próprias regras de administração do respectivo risco.

Como se pode estabelecer uma autonomia dentro de uma modernidade onde a concorrência e a luta pela manutenção do espaço está cada vez mais activa? A comunicação em si é um processo que pode ser comparado ao sistema de mercado livre, onde há bens de consumo não duráveis (as notícias) que são produzidos, transportados, comprados e consumidos. Desta forma, os comunicadores do risco devem estar cientes dos papéis que os media podem assumir na sociedade civil como um todo, pois esta acredita cada vez mais na credibilidade e na sinceridade desses meios, especialmente quanto trazem uma mensagem sobre um desastre natural (Barnes

e Thomson, 1994; Zimmerman 2010; Löfstedt, 2003). A confiança deve ser um dos aspectos fundamentais na comunicação do risco.

Muitos fatores impedem uma cobertura íntegra sobre o risco pelos media, e muitos jornalistas não vêem a importância do assunto para o público (Kirtzinger,1999). Kirtzinger aponta que para termos um resultado mais apurado é necessário à amplificação do risco juntar repórteres e editores especializados, assim como editoriais para acompanhar a evolução dos riscos mais relevantes.

Outro resultado é que o valor noticioso sobre um situação de risco depende dos interesses da empresa de comunicação que transmite, tendo em conta tendências políticas, econômicas e organizacionais.

O valor noticioso de uma informação depende de vários fatores, dentre eles podemos destacar: o lugar do acontecimento, nível de reconhecimento social, nível de proximidade com o leitor, grau de imprevisibilidade, e importância pública. Sodré (2009) define que o que determina a escolha de uma notícia e não outra é o valor que ela traz em si, ou seja, ser “uma novidade”, a imprevisibilidade, peso social, e a proximidade geográfica.

As crises, independentes de sua natureza, são eventos que geram visibilidade por si mesmas, e neste momento a instância mediática funciona como uma arena de debates, entre questionamentos, discussões, explicações e diversas manifestações provenientes de várias instituições sociais (Persigo e Fossá, 2010: 4).

Essa demanda por informação permite que os meios de comunicação travem um batalha entre si em busca da informação mais rápida, utilizando diferentes fontes e fatos inusitados, onde quem sai na frente “sai ganhando”. Desta forma, a produção jornalística está diretamente ligada às atividades de seleção, destaque e articulação de informação que são importantes para transformar fatos em interesse coletivo. A notícia é construída num processo coletivo que conta com a participação de atores e de um público que não é apenas consumidor de informação mas que a produz, mesmo que indiretamente. Depois temos a coleta e tratamento dos fatos em um trabalho conjunto entre jornalista, redação e edição de texto. Isso tudo é marcado pela postura editorial que segue o jornal e o desejo ou não de ser sensacionalista.

O papel dos media pode ter impacto sobre a defesa do interesse público, a prevenção, a busca pelo controle, o pôr em evidência os possíveis responsáveis, mostrar formas de

sobrevivência, ajudar, ou como forma de divulgar um desaparecimento. Entretanto, os efeitos não são apenas positivos. Os media podem assumir uma outra face, quando tratamos, por exemplo, dos processos de amplificação do risco, sendo possível haver uma super-amplificação dos fatos. As redes sociais, Facebook, Twitter, por exemplo, têm conquistado cada vez mais o tempo dos leitores e tornado a velocidade de divulgação de uma informação cada vez mais rápida. Porém, devemos considerar o não controle sobre a informação publicada pelas testemunhas nessas redes sociais, ou seja, há uma intensa propagação da informação, e esta não passa por questionamento sobre veracidade, superficialidade ou parcialidade. O que vale é a rapidez com que se publica. A publicação das informações via redes sociais facilita as concessões sociais de aceitação. Além do que, quanto mais comentários sobre estas notícias obtiver quem publica as informações, tal pode significar popularidade, maior aprovação do público, numa falsa construção virtual de aceitação social do indivíduo

1.3 A Realidade nos Media

Os media exercem dois papéis: a amplificação de um acontecimento que nos é distante e a construção da realidade. O primeiro papel é de certo importante para estarmos informados do que acontece e conhecermos a “realidade” local sem mesmo nunca termos estado presencialmente nela. Com os avanços tecnológicos dos meios de comunicação recebemos as informações sobre lugares, acontecimentos, desastres, etc., seja pelas redes sociais seja pelas notícias dos correspondentes, ou pelo vasto número de jornais online e de redes de televisões internacionais disponíveis.

Estudos construtivistas (Tuchman, 1978) observam a notícia com resultante do processo de construção em complexo sistema entre fontes/jornalistas, e a influência das ideologias culturais e econômicas na produção da notícia. Nesse estudo, Tuchman mostra-nos que as notícias são representações da realidade, nunca são um “espelho” da mesma. Há, inevitavelmente, distorções involuntárias, às vezes até voluntárias, no processo de fabrico da notícia.

Os media não transmitem o que ocorre na realidade social, eles impõem o que constroem do espaço público (Charaudeau, 2006). Desta forma, constroem-se percepções da realidade, e será isso o que será transmitido. Contrapondo-se a Teoria

do Espelho⁷, os fatos apresentados pelos jornalistas nunca serão a “realidade bruta”, mas apenas um olhar dos mesmos sobre o que foi observado.

Como o caso do Tsunami em Fukushima no Japão, apesar da distância foi possível perceber a dimensão gigantesca do desastre, seja pelo total de mortos e desabrigados, seja pela destruição total ou parcial de área. Porém, os números apresentados pelos media divergiam e eram inconsistentes. As imagens foram instrumentos importantíssimos para uma visualização das dimensões do ocorrido.

A amplificação dos desastres também poderá servir para uma prevenção nos outros países, que percebem os riscos possíveis e tentam de todas as formas que isso não aconteça em seu território. Como é o caso da Alemanha, onde a chanceler Angela Merkel (em 2011) desligou os seus reatores mais antigos das suas usinas nucleares e pretende desativar todos os outros até o final de 2022.

Porém, os media também exercem o papel de “criador” da realidade e de manutenção da mesma. Entre os problemas de uma construção da realidade podemos citar a criação de “uma verdade”, às vezes mostrando partes que estão mais evidentes sem um aprofundamento real do que realmente acontece. Muitas vezes há a distorção da realidade, com a criação de estereótipos que são percebidos como sendo o real e tornando-se conhecidos por tal.

Charaudeau (2006) se refere a “construção do sentido das coisas, num “modo de significar” em um “mundo significado”, ou seja, certos fatores são formadores das percepções do mundo e , conseqüentemente, tornam possível uma significação do mesmo. Desta forma, o jornalista pode estar formatado para abordar uma notícia sobre um desastre natural de acordo com as percepções anteriores que tinha, realçando estereótipos existentes.

Ao longo da nossa pesquisa buscou-se perceber se houve uma mudança do conteúdos apresentados pelos diferentes jornais portugueses ou se o envio de um jornalista para o campo ajudou a diminuir certos clichés e simplificações, apresentando uma perspectiva mais próxima da realidade.

⁷ Se refere a teoria que afirma que os media refletiriam a realidade de uma forma totalmente imparcial, pois os jornalistas seriam neutros (Traquina, 2004).

1.4 Discurso dos Media como Prática

O conceito do discurso sofreu relevante influência com os trabalhos desenvolvidos pelo filósofo Michel Foucault (1977) principalmente a área que envolve discurso e poder. Para o autor, não se deve “tratar o discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como prática que formam sistematicamente os objetos de que falam” (2005:71). Ou seja, o discurso como formador do sujeito social, do conhecimento e da mudança social.

“Não podemos confundir [uma prática discursiva] como a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada num sistema de inferência; nem como a ‘competência de um sujeito falante quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2005:147-148)

Tal implica a visão do discurso como ativamente constituído ou como construindo a sociedade, os objetos de conhecimento, as relações sociais e as estruturas conceptuais. Foucault (2005) entendia a análise do discurso como a análise da declaração (escrita ou falada), levando em consideração não só a análise linguística mas também o conteúdo sociohistórico imbuído nos discursos, ou seja, o sistema de regras que faz com que isso seja possível para certo discurso e não para outros que acontecem em um determinado tempo e espaço.

A análise do discurso enquanto declaração examina as várias formas da performance verbal. A formatação discursiva é possível graças ao sistema de regras existente em cada sociedade, cuja prática constitui e reproduz regras de formatação tornando o discurso uma prática social. Por exemplo, a “liberdade” não é um “objeto estável”, mas sim um objeto no discurso constituído de elementos a priori e não-discursos, em um processo de constante transformação e manutenção das regras existentes. Os media têm um papel fundamental quando falamos em discurso como prática, visto que estes são um meio de articulação, divulgação, transporte de performances verbais e de construção, manutenção e transformação do sistema de normas que constituem a sociedade. Mais detalhadamente, o discurso tem um relação ativa com a realidade, pois a linguagem em si representa a realidade, levando elementos do discurso à realidade.

Em seu trabalho Kirtizing (1999) aponta que os media atingem um papel legítimo no espaço de discussão, ao invés de transmissor oficial de informação. Riscos que são eventos raros e totalmente inesperados possuem um valor noticioso maior do que acontecimentos comuns do quotidiano.

1.5 Meio Social e Jornalista

Não se pode reduzir a produção da informação à simplicidade de um esquema linear: acontecimento, jornalista, notícia. Charaudeau (2006) afirma que “comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdo a transmitir, mas escolha de estratégias discursivas” (Charaudeau, 2006: 39).

A ação mediadora do jornalista exerce fatores constitutivos de uma rede complexa de condicionantes e constrangimentos que no termo do processo fazem com que determinadas notícias tenham um determinado conteúdo, uma determinada forma. Condicionantes estas, que vão desde os relacionados com a relação, com os indivíduos atuantes do meio até um enquadramento mais social, relacionado com o contexto geral, as fontes utilizadas, as ideologias, a integração religiosa ou sindical, ou seja, fatores estruturantes que estabelecem os parâmetros da atividade profissional dos jornalistas. É isso o que torna cada jornalista um “gatekeeper” (Sousa, 2006) da informação, selecionando o que passa ou o que não passa, como passa, e de que maneira passa. Dando, mesmo que indiretamente, a sua interpretação a cada notícia. Wesley e Maclean (Sousa, 2006) assinalaram que o gatekeeping é um fenómeno organizacional pautado por critérios de noticidade, ou seja, é notícia o que o jornalista acha que o publico quer ver, conseqüentemente, reduzindo a quantidade de notícias e o conteúdo desta.

Schudson (1988) faz um cruzamentos de várias teorias explicativa trazendo a tona a questão da autonomia do jornalista. Na teorização deste meio podemos destacar linhas diferentes de investigação: no âmbito da sociologia das profissões, da organização e produção da informação e a conexão com sistema econômico e político. Para este autor, as notícias são como são devido as ações pessoais, ações sociais e ações culturais. Mais detalhadamente, ação pessoal diz respeito a intervenção da personalidade dos editores, diretores, proprietários dos medias, jornalistas e suas origens sociais. Já a ação social refere-se as organizações onde estes se integram.. Nas ações culturais a

informação é encarada como fruto de um contexto cultural, um artefato involuntário que faz uso de padrões culturais pré-existentes para produzir sentido.

Na prática, o jornalista recorre a diversos fatores para ajudar a definir a importância da notícia (recurso a pessoas famosas ou pessoas normais; falar de algo “desconhecido” novo e imprevisto, ou algo de interesse nacional; salientar o número de indivíduos envolvidos no acontecimento; a proximidade do acontecido; e a evolução futura sobre um específico acontecimento. Como exemplo, veja-se o caso do desastre ocorrido em Fukushima no Japão⁸, onde o inesperado aconteceu envolvendo um grande número de pessoas, deixando vários mortos e desabrigados e um rastro de destruição. A evolução dos acontecimentos só aumentou o número de pessoas envolvidas e confirmou o perigo iminente da radiação provocada por reatores danificados. O caráter noticioso determina que tipo destaque uma certa notícia vai receber.

O processo jornalístico é procurar transformar acontecimentos, biografias, idéias e problemas em notícias de difusão última: Para tal, os jornalistas devem recorrer à fontes de informação, que podem ser desde “cidadãos comuns” que estavam no momento do ocorrido, à técnicos responsáveis, agências de notícias, bombeiro, policiais e especialistas. Antigamente, se falava que a redação encontrava a matéria-prima que logo era “lapidada” em um tratamento crítico do jornalista. Porém, hoje em dia, o que acontece, cada vez com mais frequência, é a compilação de várias notícias retiradas de agências de informação (Reteurs, Lusa; AFP, Associated Press) no que os jornalistas chamam de “crepagem”. Os avanços tecnológicos e o uso cada vez maior das redes sociais tem tornado as atualizações minuto a minuto, uma das razões porque os jornalista não têm tempo para fazer uma análise mais apurada dos acontecimentos.

Hoje em dia, a hierarquia dos jornais está dividida entre o(s) diretor(es), responsável pela direção do órgão, o(s) chefe(s) de redação e o responsável por coordenar a redação. Em busca por estarem mais próximos e serem os primeiros a cobrir algum acontecimento inesperado, estas organizações noticiosas criam uma *news net* composta por correspondentes espalhados ao longo do globo à procura de captar os acontecimento em sua “malha”. O(s) editor(es) que determina(m) que jornalista ficará responsável por qual notícia e a maneira como este a executará, as fontes a contatar,

⁸ Terremoto, seguido de tsunami em 11 de Março de 2011. Dados do EM-dat apontam 28.050 mortos e 210.000,000 US\$ em prejuízo. Fonte: <http://www.emdat.be/>

ou se este irá de fato produzir a notícia ou simplesmente reproduzi-la a partir da informação das agências de notícias.

A rotina jornalística foi tema abordado por Tuchman (1978) na qual discutia o processo de mecanização da produção da informação. Ele notou que os jornais reforçaram a rotinização do seu trabalho tentando simplificar e evitar complicações. Entretanto, o que ocorreu na verdade foi uma burocratização; a redução da profundidade dos discursos e a restrição de contrastar a informação entre diferentes fontes.

Nas novas relações do *Novo Capitalismo* (Sennett, 1999) os trabalhadores dentro da redação devem ser flexíveis e multifuncionais, ou seja, cada vez menos existe um jornalista para uma área jornalística: desporto, economia, mundo ou nacional. O jornalista do *novo capitalismo* tornou-se um agente multifuncional, isto é, de manhã apura e escreve sobre o Japão e, mais tarde, pode escrever sobre um acontecimento local ou até mesmo sobre o desporto. O jornalista tem que estar preparado para “despachar-se”, agir tão rapidamente quanto os acontecimentos, buscando tornar a notícia algo quase que simultâneo. O jornalista que sobressai, como se diz no meio, tem sempre uma câmara fotográfica, tem de ser, muitas vezes, editor e jornalista, produtor. Há uma ambiguidade entre o indivíduo e a equipa de trabalho. Da mesma forma que se busca incluir o indivíduo numa política de perseverança, motivação, também adota-se a política de equipa: colaboração em um espírito corporativo.

A comunicação torna-se um fator fundamental no processo de divulgação do risco ao tentar trazer a tona a discussão na esfera pública, o que propicia a um debate e a negociação em busca de solução para o mesmo. A comunicação torna-se relevante no que diz respeito a busca pela mudança de atitudes e cobrança das responsabilidades daqueles que estão envolvidos diretamente na gestão do risco.

A empresa onde o jornalista trabalha é uma organização estruturada com sua hierarquia onde no topo estão os proprietários.

Um dos fatores apontados na sociologia interpretativa de Warren Breed (1995) é a socialização do jornalista na redação, que está estritamente ligada aos processos perspicazes de gratificação-punição. Neste processo a autoridade institucional é aceite, pois os jornalistas têm medo de sanções; seguem normas para que seus empregos sejam mantidos; tentam manter a passividade no ambiente de trabalho evitando conflitos e participação ativa em sindicatos ou qualquer manifestação de oposição;

respeitam as hierarquias; têm a orientação de conseguir mais notícias e de preferência antes do concorrente, o que torna a competição algo corriqueiro no meio. Mecanismos implícitos de integração e coação são entrelaçados nestes processos de interação entre jornalista e organização. Muitas destas organizações tornaram-se empresas comerciais visando o lucro mesmo que tenham que colocar em detrimento a informação. O acesso e a gestão das fontes de informação e a sua qualidade noticiosa permitem que o jornalista se revele com um profissional competente e afirme e solidifique seu nome no meio jornalístico.

Isto não esquecendo, evidentemente, as condicionantes externas que influenciam a produção da notícia. Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si, para tal, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. E isso pode ser percebido nos artigos, reportagens e entrevistas.

Contraditoriamente, os fenômenos do desastre também pode apresentar fatores positivos para a sociedade, como o fortalecimento da solidariedade, a divisão de bens, a compaixão e a integração da sociedade como um todo. Nas sociedades modernas, cuja relações estão cada vez mais enfraquecidas, esse tipo de fenômeno, como ocorrente esporádico, fortalece os laços de interações entre os indivíduos.

Estudar os meios de comunicação significa examinar como a mesma mensagem mediática tem, segundo o contexto cultural, econômico e social conseqüências diferentes sobre os grupos sociais e os indivíduos. Para análise desse estudo usaremos duas metodologias com caráter qualitativo: Análise Crítica do Discurso e a Teoria Ancorada.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DESASTRES NATURAIS

Tobin e Mortz (1997) definiram que “uma catástrofe não só perturba a sociedade, mas pode causar total colapso no dia a dia”. Os autores ainda afirmam que alguns dos aspectos que caracterizam um certo acontecimento como sendo uma catástrofe seriam: a maioria das funções da sociedade afetada desaparecem; não há uma liderança imediata; os hospitais estão destruídos ou com sua capacidade em sobrelotação; os danos podem ser tão extensos que os sobreviventes não têm para onde recorrer.

O desastre é um fenômeno que combina dois elementos: o evento e a vulnerabilidade⁹ das pessoas. O fenômeno desastroso acontece quando ocorre um ou vários agentes de desastre (tempestades; tremores, etc.) em uma determinada área, expondo a vulnerabilidade dos indivíduos ou das comunidades de tal forma que suas vidas são diretamente ameaçadas ou danos razoáveis tenham sido feitos nas esferas econômicas e sociais. O desastre é um estado extremo, com conseqüências que podem demorar meses ou até anos para voltar a normalidade.

Para Thomas E. Drabek (1989), a conceptualização de uma sociologia focalizada nos desastres enquanto problema social traz à tona a correta dimensão da análise deste fenômeno. Ele afirma que um desastre é um problema social não rotineiro, equalizando a este enquanto falha no sistema social, ou seja, não são ações meramente externas embora socialmente inimputáveis. Portando, independente da causalidade imediata, os desastres naturais, nomeadamente em um processo de ruptura social, refletem o grau de preparo ou não-preparo do sistema social para lidar com riscos naturais e gerir estes fenômenos em grande parte por ele próprio criado (Luhmann,1991). Essa articulação entre sistema social e as dinâmicas de construção do social do meio ambiente, não só podem produzir novos riscos de desastres no panorama da sociedade como acentuam e manifestam outros pré-existentes.

⁹ Vulnerabilidade tem ligação com as redes de variáveis: componente familiar, cultural, estrutura etária e sexual, níveis de ensino, rede de vizinhança, vertente sociourbanística (conservação, material usado, densidade ocupacional do imóvel), composição socioprofissional, número de equipamentos e serviços disponíveis na freguesia (bairro), etc. (Beck, 2002)

Ao adotar os desastres como sendo produto de processos sociais, esse fenômeno pode se decompor segundo Ribeiro (1995: 27) em três fases: produção/reprodução; ruptura/emergência e reconstrução/desenvolvimento social. Com relação à primeira fase, merece destaque primeiramente a interação entre sistema social e ambiente constituído, e, depois, o dimensionamento do seu grau de impacto e o grau de atuação social: planejamento e ordenamento; fluxo e crescimento demográfico; preparação para a resposta como elaboração de instrumentos de prevenção sedimentando modelos e padrões de referência sociocultural. Na segunda fase, dá-se ênfase ao grau de preparação que o sistema social e os efeitos produzidos pela conflagração do acontecimento desastroso. A terceira e última fase diz respeito a um momento fulcral no processo de refletividade numa fase pós-desastre: força de estratégia, recuperação do sistema social, econômico e físico, trabalho de gestão de emergência buscando recuperar a ruptura provocada pelo desastre.

De acordo com os dados do EM-dat, o número e a intensidade dos desastres naturais aumentaram consideravelmente em todo o mundo¹⁰, principalmente, a partir da década de 50, como poder ser visto melhor no gráfico do anexo I sobre tendências de ocorrência e número de vítimas. No período entre 1900-2010 observou-se que a taxa de crescimento da população (15%) foi bem inferior a taxa de crescimento dos desastre naturais (56%). O aumento dos desastre naturais no século XX tem relação direta com os conceitos de *Modernidade* e de *Sociedade do Risco* trazidos por Giddens (1997) e Beck (2006) e as suas consequências reais para a sociedade contemporânea. O crescimento populacional, a segregação socioespacial, as mudanças no meio ambiente causadas por alterações humanas, a acumulação de capital em zonas de perigo e o avanço das comunicações e das mudanças tecnologias elucidam alguns dos fatores relacionados à decisões feitas pelos seres humanos que interferem no meio ambiente, além deste acharem que têm controle sobre os acontecimento futuros.

Viver em uma sociedade de risco significa adotar uma atitude calculadora em relação às possibilidades de ação abertas, positivas ou negativas, com as quais, enquanto indivíduos e globalmente, somos confrontados de modo contínuo na nossa existência social contemporânea (Giddens, 1997:26).

¹⁰ Ver Gráfico I sobre a tendência dos desastres naturais nos últimos 100 anos. Fonte: Annual Disaster Statistical Review 2010. The numbers and trends.

É inevitável que a construção do risco e a idéia de perigos possíveis são conceitos difundidos pelos meios de comunicação de massa. Ulrich Beck (2002) afirmou que os riscos são reais e construídos em formas de símbolos pela “fábrica social de conhecimento”. Na sociedade do risco existem perigos “difíceis de controlar” ao invés de riscos calculáveis. Para ele, por mais que exista uma consciência global dos riscos, por mais que se possa calcular com análises probabilísticas, não se pode evitar que interesses privados, comerciais e institucionais desonrem as regras que deveriam proteger e garantir a segurança dos indivíduos. Assim, por mais que tenhamos regras e métodos de prevenção aos riscos, não será possível sanar o mau uso por parte de atores, privados ou institucionais, guiados pelos seus interesses. Pensando desta forma, Bauman (1997:233) também nos diz que a eliminação completa dos riscos não é vantajosa para o mercado capitalista: *“Para manter bem lubrificadas as rodas do mercado consumidor, é preciso um constante suprimento de novos perigos bem divulgados. Os perigos dos quais se precisa devem ter a capacidade de se traduzir em demandas do consumidor: esses perigos são feitos na medida para o combate privatizado de risco.”*

Para Bauman a “existência é moderna na medida em que contém a alternativa da ordem e do caos.” (1997:14). Este autor ainda distingue a modernidade em dois períodos: modernidade e pós-modernidade (1997;1998); ou como tem preferido chamar em seus últimos trabalhos: modernidade sólida e modernidade líquida (2001;). A modernidade sólida foi, para Bauman, um período de controle, dominação, mas nem por isso, mesmo que de maneira ambígua, não deixou de unir o mundo. Tornou, através dos diversos desenvolvimentos da indústria e do transporte, o mundo mais globalizado. Porém, com o fim da crença no projeto moderno, e com um desenvolvimento ainda maior dos meios de transporte e comunicação, emerge uma nova modernidade, a modernidade líquida. Se a modernidade sólida foi uma tentativa de controle racional do mundo, a modernidade líquida é o mundo em descontrole. Somente com o atual desenvolvimento técnico e solapamento do tempo e do espaço, que a modernidade pôde se tornar líquida.

Não nos esqueçamos que a sociedade moderna industrial é concomitante a sociedade do risco (Beck, 2002), que o desenvolvimento tecnológico da sociedade trouxe-nos o

“progresso” e a facilidade¹¹ (Giddens, 1997) também conduziu-nos a uma sociedade em constante perigo de desastres com diferentes riscos, além de uma aceleração temporal das atividades, ou seja, tudo tornou-se mais rápido, mais urgente.

Em meio a tantas diferenças, e na velocidade específica da cidade, a própria diferença se torna banal, se torna “lugar comum”. Em meio a tantos estímulos e tantas novidades a diferença se transforma em indiferença. O indivíduo da grande cidade é o indivíduo *blasé*, indiferente, incapaz de notar a diferença. Habitado à impessoal desatenção civil, ele é incapaz de notar a novidade. Segundo Simmel (1987:16), a vida da metrópole e o uso do dinheiro propiciaram uma maior mobilidade aos indivíduos modernos. Juntos permitiram um encurtamento das distâncias e a possibilidade de estabelecimento de um maior número de laços sociais, porém tornou também mais veloz o contato humano, tornou as relações sociais mais objetivas e impessoais, portanto, mais superficiais.

Dominique Wolton (1999) expôs que na sociedade do risco, , na qual o público busca o imediatismo, a informação em “direto” acerca das crises não são, necessariamente, explicativas ou resolutivas, havendo a superficialização dos fatos.

Da mesma forma, os riscos e desastres são fenômenos socialmente construídos e influenciados pela normas culturais e sociais, pelos pré-conceitos e pelos valores (Rodrigues; 2005). Essa construção de valores é que irá determinar o comportamento de pessoas e das autoridades perante um situação de desastre.

Para Luhmann (1991), medir o risco era algo difícil que várias ciências tentaram abordar, com por exemplo, as Ciências Econômicas que abordam o risco com um tratamento meramente estatístico para cálculo como Frank Knight¹². Porém, as Ciências Sociais perceberam a necessidade de uma racionalização subjetiva sobre o assunto e começaram a preocupar-se e a construir um modelo qualitativo de cálculo de riscos orientado, geralmente, por expectativas subjetivas. O que ele percebeu é que o problema não era unicamente psíquico, mas fundamentalmente social.

Para Luhmann (1991), o risco constitui a probabilidade de ocorrerem efeitos adversos no futuro a partir de tomadas de decisões no presente. Refere, pois, em maior medida a

¹¹ A modernidade trouxe consigo perigos eminentes colocando em risco a sociedade e destruindo o meio ambiente (Giddens, 1997).

¹² Termo usado por Luhmann em “*Soziologie des Risikos*” (1991:123).

reconstrução de um fenômeno de todo contingente, ou incerto, o qual oferece distintas perspectivas ao observador.

A previsão do risco e a sua medida é algo incerto visto que o futuro é incerto, porém os desejos ou não desejos, as tomadas de decisões influenciam o futuro e estas sim podem ser geridas de forma a tornar certos eventos não recorrentes ou minimizar os seus impactos. Esta definição aponta para a existência de relações causais entre ações ou acontecimentos humanos e efeitos indesejados e que estes podem ser evitados ou reproduzidos se decisões forem evitadas ou modificadas.

Essa tomada de decisões não é de caráter individual, mas gerado como fenômeno social resultado do acúmulo de comunicações. Através desse conceito podemos pensar numa “gestão do risco” para que este não seja uma ameaça à sociedade. Os desastres naturais são considerados, muitas vezes, como algo incontrollável, porém, estes estão a ser cada vez mais controlados e alterados pelo ser humano, embora, o meio ambiente também funcione e se auto-reproduza dentro de si mesmo (Luhmann, 1995).

Podemos, portanto, pensar no sistema autopoético de Luhmann, onde este conceptualiza as organizações como sistemas sociais que reproduzem a si mesmos baseadas nos seus próprios elementos (Seidl e Becker, 2005). Decisões nesse sistema autopoético tem como definição uma escolha entre diversas alternativas. Quando se escolhe algo deixa-se de fora todo o resto do leque de alternativas. Luhmann ainda faz uma brilhante diferenciação entre risco e perigo. Essa diferenciação pressupõe a existência de uma incerteza com relação a um dano futuro. Ele propõe que há duas possibilidades: a primeira do risco, na qual o dano eventual é visto como consequência das decisões; e a segunda, o perigo, quando falamos no hipotético dano, entendido como causado do exterior e se atribui suas causas ao entorno.

Em sua obra *Soziologie des Risikos* (1991), Luhmann argumenta sobre o risco e a segurança, assim como no caso do perigo, o risco se afasta desses dois conceitos, pois se designa como um complexo estado de ação e de tomada de decisão. Os outros tópicos em questão como: perigo, segurança, proteção, planejamento são somente conceitos de reflexão diluída na incerteza dos estados das coisas pertencentes ao conceito do risco. No par risco e segurança se verifica o problema da medida, e entre risco e perigo o problema é a decisão.

2.1 Desastres Naturais Mundiais

No contexto dos grandes desastres naturais mundiais destacam-se os terremotos registrados no Japão (1923; †143,00)¹³, URSS (1948; †110,00), China (1976; †242,000) e Irã (1990); Haiti (2010; †222,570); já quanto as inundações temos o extraordinário acontecimento na China (1931; †3,700,000 e 1959; †2,000,000), Guatemala (1949; †40,000), Bangladesh (1974; †28,700) e Venezuela (1999 †30,00). Nas altas temperaturas ou ondas de calor, temos: Índia (1998; †1,388), Itália (2003, †20,089), França (2003; †20,089), Espanha (2003, †15,090), Alemanha (2003, †9,355), Rússia (2010; †55,736). Com relação aos tsunamis de acordo com os dados encontrados na NOAA (National Oceanic and Atmospheric Administration) os eventos que destacaram-se foram: Indonésia (2004, †227898), Haiti (2010; †222570), Japão (2011; †15,429)¹⁴.

2.2 Desastres Naturais em Portugal

No âmbito dos desastres naturais em Portugal nos últimos 110 anos podemos enumerar como os que tiveram maiores proporções os seguintes: inundações¹⁵ (1976; †462; 2010; †43), as ondas de calor (2003; †2.696); junta a esta está o incêndio em 2003, apesar de ter havido 15 mortes, os estragos foram avaliados em \$1.730.000 segundo dados do EM-dat.¹⁶

Neste trabalho usaremos como exemplo elucidativo do caso estudado os aluviões na Ilha da Madeira ocorridos no dia 20 de Fevereiro de 2010, onde de acordo com dados do EM-dat registraram 43 mortos, 618 total de pessoas atingidas e o prejuízo total estimado em 1.350,000 dólares. Escolhemos este caso pelo grau de proximidade com

¹³ Ano do acontecimento e número de mortos (†) no período entre 1900 a 2011. Fonte: EM-dat.

¹⁴ Segundo a IOC/Unesco em 4 de Junho de 2011 são 15.429 mortos e 7.781 desaparecidos no Japão. Fonte: http://ioc-unesco.org/index.php?option=com_content&view=article&id=301:3-days-after-the-11-march-2011-earthquake-off-the-pacific-coast-of-tohoku-japan&catid=16&Itemid=76

¹⁵ Ver Gráfico 2 para maiores detalhes sobre as maiores inundações ocorridas em Portugal nos últimos 110 anos. Fonte: <http://www.emdat.be/>

¹⁶ Ver Gráfico 2 tabela para maiores detalhes sobre os maiores desastres naturais ocorridos em Portugal nos últimos 110 anos.

Portugal, não só geográfica e politicamente, mas pelo envolvimento direto dos jornalistas portugueses nesta situação de catástrofe natural.

Os dilúvios tiveram início durante a madrugada do dia 20 de Fevereiro, enquanto as pessoas ainda dormiam ou começavam a sair para o trabalho. Segundo relatos de moradores e de jornalistas que entrevistei, já se percebia que naquele dia a chuva estava demasiada, e que depois viu-se muita água descendo morro abaixo, com pedras e lama. No decorrer das horas aumentava a volume da chuva e, conseqüentemente, o fluxo de detritos que descia em direção a costa.

Todos os jornais que têm a sua sede na baixa do Funchal ficaram sem funcionar nos dias 21 e dia 22, visto que nesse dia não havia eletricidade e a lama invadiu a cave onde ficavam os geradores e os arquivos, impossibilitando a distribuição dos jornais.¹⁷ O único meio de comunicação que funcionava, a par da RTP, era a rádio, conta Joana Maia, locutora da Antena 1 na Madeira. Ela afirma que nesse dia como morava perto de uma área onde houve deslizamentos, “pegou 2 telemóveis” e saiu em direção ao local. Lá ela viu a dimensão do desastre causado pela chuva, já ali havia um morto, para demonstrar a fatalidade do acontecimento. Joana diz que como os jornais não saíram no dia 21, toda a informação foi veiculada pela Antena 1, e os ouvintes que tinham um rádio a pilhas puderam acompanhar tudo. Nos dias consecutivos, já chegaram jornalistas de Portugal continental viabilizando mais a distribuição da informação.

2.3 Bancos de Dados

Diante desta problemática, a busca por medidas de mitigação e prevenção em desastres deveria ser parte fundamental dos planos diretores; e de real uso pelos decisores. A ONU¹⁸ (Organização das Nações Unidas) utiliza, por exemplo, dados globais do banco de dados EM-dat para elaborar políticas alternativas que contribuam para a redução do risco de desastres, em especial nos países em desenvolvimento. Os bancos de dados globais de desastres naturais têm como principal objetivo responder às necessidade dos gestores na identificação das áreas mais afetadas e vulneráveis aos desastres naturais.

¹⁷ Informação obtida junto aos jornalistas/ editores entrevistados na ilha da Madeira.

¹⁸ UNISDR – Década Internacional para a Redução dos Desastres Naturais.

Estabelecem uma categorização em relação à cada país ou bloco continental e constroem os perfis dos desastres ocorridos, normalmente estabelecendo não somente o número de pessoas mortas, mas também fornecendo dados sobre os valores estipulados dos danos causados e o número total de pessoas afetadas. Esses dados sobre uma determinada localidade podem servir de fontes para as agências humanitárias e outras ONG's, para melhor perceberem a dimensão dos casos e como melhor planejar a ajuda. Para além do EM-dat existem ainda dois outros bancos de dados sobre este tema: o natcat-MunchinRe e SwissRe.

O EM-dat conceitua como desastre uma ocorrência ou evento que ultrapassa a capacidade de resposta um determinado local, necessitando de ajuda externa para o retorno da normalidade, ou seja, eventos imprevisíveis que causam grandes danos e prejuízos às áreas afetadas. Os critérios para a caracterização de um desastre no banco de dados da EM-dat segue os seguintes critérios: mais de 10 vítimas fatais; mais de 100 pessoas afetadas; declaração do estado de emergência e o pedido de assistência internacional. Deste modo, é perante este panorama de morte, vítimas, consternação e prejuízo, que os diaristas têm de exercer o seu trabalho e comunicar os fatos sobre um determinado acontecimento desastroso.

3. METODOLOGIA

3.1 Definição da Amostra e Coleta dos Dados

O estudo em questão teve como objeto os media impressos portugueses no âmbito da divulgação de um acontecimento desastroso. A amostra analisada esteve circunscrita aos jornalistas que trabalham em jornais dentro do território português e que tinha alguma relação com um acontecimento no âmbito do desastre natural, seja porque escreveram alguma notícia, seja porque já estiveram presentes num local de desastre como correspondentes.

A primeira fase da pesquisa constituiu na realização de 15 entrevistas com jornalistas de jornais impressos regionais e nacionais e com jornalistas de agências de informação portuguesas. Os jornalistas foram selecionados depois de executarmos uma exaustiva leitura de matérias impressas sobre desastres naturais em jornais portugueses. Foram contactados aqueles jornalistas que tinha assinado as matérias ou reportagens neste assunto. Além disso, também priorizamos os jornalistas que exerciam cargos de chefia, editoria e/ou direção, para tentarmos perceber melhor como ocorre a seleção e a edição dessas notícias. A seleção dos jornalistas foi aleatória, porém, buscando essencialmente aqueles que tinham tratado de alguma forma uma notícia sobre desastres naturais e dando preferência aos que já estiveram presentes em uma situação extrema, como na Madeira e no Haiti, ambos os acontecimentos ocorridos em 2010.

Procurou-se também diversificar o campo de pesquisa a nível geográfico, realizando-se entrevistas em Lisboa, Coimbra, Porto e na Ilha da Madeira. Os jornalistas entrevistados pertenciam aos seguintes jornais: Diário de Coimbra, Jornal de Notícias, Diário as Beiras, Diário de Notícias, Jornal da Madeira, Público e Agência LUSA.

À partida houve uma dificuldade extrema de conseguir marcar e executar as entrevistas, visto que muitos jornalistas estavam inacessíveis, seja pela dificuldade de conseguir seus email, número de telefones, seja porque não respondiam aos emails ou até mesmo marcavam e não apareciam. Foram entrevistados 11 homens e 4 mulheres.

Estas entrevistas foram executadas com o auxílio de um questionário semi-estruturado de entrevista, devido à necessidade de se perceber a riqueza dos discursos das partes

envolvidas e adaptá-los ao contexto dos desastres naturais. O guião foi direcionado de acordo com as leituras de notícias sobre desastres e leitura teóricas sociológicas (Beck, 2002, 2006; Kasperson e Kasperson, 2005; Renn, 2008) e da comunicação (Adorno e Horkheimer, 1947; Habermas, 1987; Luhmann, 1995).

A segunda fase resumiu-se na seleção e na recolha de notícias sobre o desastre na Ilha da Madeira em Fevereiro de 2010, tendo como finalidade confrontar o que foi dito pelos jornalistas entrevistados com o que realmente foi escrito na prática. As notícias foram selecionadas entre os dias 21 à 27 de Fevereiro de 2010. Sendo assim, os jornais portugueses focaram-se neste acontecimento durante esta semana. Neste período houve um grande fluxo de informação sobre os aluviões, as vítimas, entre outras notícias e reportagens. Porém, no dia 27 do mesmo mês os jornais diminuíram a divulgação deste acontecimento e mudaram suas manchetes, pois neste dia aconteceu um terremoto no Chile, o qual matou 565 pessoas, desviando o foco de interesse para tal acontecimento desastroso.

Para tal análise foram selecionados três jornais: o Público, ser um jornal com secções bem definidas na redação, ou seja, há jornalistas para a secção internacional, para a secção nacional, dentro outras, além de ter enviado correspondentes tanto para o Haiti como para Madeira.; o Jornal de Notícias foi escolhido por também ter enviado um jornalista para ambos os acontecimentos, embora possua menos secções dentro da redação e apresente uma maior disparidade entre aquilo que foi dito pelos jornalistas em entrevista com o que foi escrito por eles na realidade; o Diário de Notícias foi selecionado por ser exatamente o contrário dos jornais anteriores, visto que não apresenta secções pré-estabelecida na sua redação e não envia correspondentes.

3.2 Modelo Analítico

3.2.1 Teoria Acorada Aplicada às Entrevistas

Para a análise das entrevistas empregamos a Teoria Acorada cuja objeto de análise são os dados qualitativos, os quais serviram para o desenvolvimento de explicações de como as coisas funcionam dentro de um determinado sistema (Bernard, 2010: 248). A Teoria Acorada (TA) contraria os modelos tradicionais de pesquisa em que o pesquisador escolhe um referencial teórico e, só então, aplica um modelo analítico para

o fenômeno escolhido. Esta teoria, como argumenta Anselm Strauss (1987), tem como objetivo formular hipóteses, as quais são geradas a partir do contraste de comparações entre os dados coletados e conceitualizados em diferentes níveis de observação. Estas comparações contêm etapas dedutivas e indutivas. O ponto chave é descobrir como os participantes estão envolvidos com a temática abordada e como eles lidam com isso, ou seja, essa metodologia sugere que apliquemos a seguinte pergunta: O que está acontecendo? A Teoria Ancorada se assemelha ao que muitos pesquisadores fazem quando formulam novas hipóteses para construir o modelo analítico a partir dos dados obtidos.

Como a própria TA propõe, não tivemos a pretensão de ter formulado as hipóteses anteriormente, mas sim agir de forma intuitiva e indutiva sobre o campo pesquisado: as estratégias de comunicação nos periódicos portugueses. Esta teoria auxiliou-nos a entender os comportamentos (Bernard, 2010:266) dos agentes, mais especificamente, a ação dos jornalistas escalados para escrever sobre uma catástrofe natural. Portanto, as perguntas sobre o tema foram sendo respondidas através das categorias construídas a partir da aplicação da análise do discurso às entrevistas.

Entendeu-se que o emprego da Teoria Ancorada (Grounded Theory) tornaria possível um grau mais aprofundado de apreciação da realidade por meio de uma análise mais detalhada dos dados coletados nas entrevistas que foram realizadas. O objetivo primordial desta teoria é a construção de hipóteses fundadas nas significações das variáveis e de suas derivadas. Numa comparação macro-micro, a TA estabelece as micro-fundações da macrosociologia, visto que explica as mudanças sociais pela engenharia social (Mendes, 2003: 5). Sendo assim, entendemos que as micro-fundações do processo jornalístico em uma situação de desastre natural poderiam ficar mais evidentes com o emprego deste método.

A princípio, tudo isso pode parecer demasiado abstrato e há quem critique esta teoria como Burawoy¹⁹ (2000) ou Goldhorpe (1997)²⁰. Entretanto, entendemos que todo esse processo, feito de forma detalhada e buscando contrapor os dados, comparando-os, foi fulcral para o entendimento das afirmações dos entrevistados nossa amostra, além de

¹⁹ Rejeita a Teoria ancorada como positivista e não reflexiva.

²⁰ Este autor critica a teoria ancorada basicamente porque esta não abandona as atitudes padrões dos métodos de pesquisa tradicionais.

tornar possível que essa análise não se prendesse a uma mera contabilização da frequência²¹ ou da incidência das variáveis, contrapondo-se ao que defende Bardin (1977) que descreve que este tipo de tratamento mostra “a importância de uma unidade de registro aumentar com a frequência de aparição”.

Logo, esta pesquisa utilizando a TA teve como base a análise dos dados obtidos, e só então, junto a eles partimos em busca das teorias ou das hipóteses explicativas por trás dos específicos acontecimentos estudados: as estratégias de comunicação em um situação de desastre natural.

Movidos pela busca de explicações, de entendimentos sobre os dados recolhidos, seguimos mais detalhadamente as propostas do Professor Graham R. Gibbs (2007)²², nas quais ele argumenta sobre o processo da TA e os passos para a utilização desta teoria, sugeridos pelos autores Strauss & Glaser, no livro *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research* (1967) :

a. Codificação: separar trechos importantes, os quais devem ser comparados entre si nas diversas entrevistas realizadas. O primeiro passo realizado, após a recolha dos dados, limitou-se a marcar os pontos mais importantes nos discursos das entrevistas executadas com os jornalistas. Posteriormente, foram estabelecidos códigos para esses pontos importantes. Os códigos foram agrupados em conceitos semelhantes a fim de torná-los mais sensíveis ao processo analítico. A partir desses conceitos semelhantes entre as entrevistas foram constituídas categorias, as quais são a base para a criação de uma teoria ou hipótese. Este modelo propõe uma atitude sistemática de questionamento por parte do investigador. Procura-se, portanto, que este crie sucessivos níveis de abstração que vão dar origem à teoria final. Ou seja, nessa codificação estabelece-se códigos dentro das frases ditas pelos entrevistados até a identificação das categorias e suas propriedades (sub-categorias). Para isto, efetuaram-se notas ao longo das transcrições das entrevistas num processo para a interconexão entre as categorias, ou seja, explorar as relações entre as categorias estabelecendo conexões entre elas.

²¹ Em contraposição à metodologia qualitativa de utilização do NVIVO8, onde este programa apresenta a quantificação de dados qualitativos, podendo acarretar prejuízo de uma análise das entrevistas e, conseqüentemente, influenciar os resultados. Desta forma, não buscamos uma quantificação sequencial das palavras encontradas nas entrevistas, mas a qualificação do conteúdo como um todo.

²² Graham R. Gibbs é professor e coordenador de alguns cursos na universidade de Huddersfield sobre métodos qualitativos de análise, além de ter algumas obras escritas sobre a Teoria Ancorada.

b. *Comparação*: esta é uma maneira para manter uma certa conexão entre os códigos que foram criados e os dados arrecadados. Os códigos foram a concretização de idéia sobre o que está acontecendo segundo a interpretação do analista. Desta forma, tentou-se ao máximo comparar da mesma maneira cada nova passagem dos dados codificados, com a finalidade de atrair o maior numero de categorias similares, e desta maneira desenvolver uma explicação teórica elucidativa. A comparação entre os códigos nomeados ao longo do texto instigou-nos a esclarecer o que está acontecendo dentro da nossa amostra de estudo.

c. *Saturação*: acontece quando não se consegue mais criar códigos dentro do tema que está a ser abordado, quando todas as possibilidades se esgotam. Desta forma, foi de extrema importante que a etapa descrita anteriormente fosse bem executada para uma detalhada comparação entre os códigos no intuito de descobrir se já obtivemos ou não a saturação;

d. *Categorias*: depois de haver a saturação dos códigos, estes devem ser agrupados até a obtenção de categorias. Aqueles devem ser agrupados em grupos de conceitos que parecem estar relacionados com o mesmo fenômeno, categorizando-os e separando-os por significados. Dimensionar as categorias, ou seja, as categorias devem ter propriedades e dimensões diferentes a serem analisadas como: intensidade, frequência, ênfase, etc. Esse tipo de constante controlo até a saturação entre os dados recolhidos, esquadrinha com maior profundidade a relação entre as entrevistas e os temas em análise. Ao realizarmos estas comparações das notas recolhidas nas diferentes as entrevistas procedemos à constituição de agrupamentos até chegarmos aos códigos e às categorias com seus respectivos indicadores²³.

e. *Teorização*: a partir dos dados coletados, após a codificação até atingir a saturação e elaborar a categorização, edificou-se quatro linhas analíticas sobre o caso estudado.

Assim, partimos de uma idéia central: não há jornalistas especializados em situações de risco ou desastres naturais. Essa idéia central foi utilizada como categoria central e desmembrada em sub-categorias relacionadas, com a finalidade de facilitar o entendimento sobre as estratégias de comunicação usadas em uma situação de

²³ Ver No Capítulo 4 em 4.1. Resultados das Entrevistas, a apresentação das categorias, sub-categorias e indicadores

desastre. Nesta fase da pesquisa, analisamos exaustivamente os dados coletados em busca de uma articulação entre estes, até que o surgimento de linhas interpretativas fortes (Strauss e Corbin, 1998:146).²⁴

Seguimos essas etapas no processo de análise das entrevistas, desde a codificação à comparação até à formulação de linhas interpretativas sobre as estratégias de comunicação dos jornais portugueses, na perspectiva de entender a macro-funcionalidade deste sistema social. Consequentemente, adotou-se os seguintes passos: as entrevistas foram revistas e exaustivamente ouvidas e depois transcritas, criando-se sucessivos níveis de abstração intuitiva para codificação; depois executou-se comparações até a saturação da obtenção das categorias, que deram origem às linhas interpretativas (falaremos detalhadamente no capítulo 4). Para tal, foi fundamental seguir as etapas de codificação apresentadas por Strauss e Corbin, sendo este um processo longo que requereu uma abordagem mais intuitiva sobre os fatos estudados e como se “ouvindo” o que os dados querem dizer sobre o assunto (1998:113).

Os códigos semelhantes constituíram-se como formadores dos seguintes indicadores²⁵: indicadores de experiência profissional; indicadores de influência redacional; indicadores de interação com os interlocutores. Para a construção dos indicadores foram elaboradas escalas a partir dos códigos obtidos durante o processo de análise. Por exemplo, no caso dos indicadores de experiência do jornalista, em um pólo encontravam-se as variáveis de “muito experiente” e no outro “menos experiente”. Deste modo, comparando as entrevistas destacamos três indicadores:

²⁴ Seguimos os critérios de seleção da categoria central defendida por Strauss (1987:146):

1. A categoria dever ser central, o que significa que todas as outras possam relacionar-se com ela
2. A categoria central deve aparecer com frequência nos dados. Isto significa em todos ou em quase todos os casos há indicadores que apontam para esse conceito
3. A explicação, que envolve e relaciona as categorias, é lógica e consistente.
4. O nome ou frase usada para descrever a categoria central deve ser o tema central, levando ao desenvolvimento de uma teoria mais geral.
5. Como o conceito é refinado analiticamente através da comparação com outros conceitos a teoria cresce em profundidade e poder explicativo
6. O conceito é capaz de explicar a variação, bem como o ponto principal feito pelos dados, isto é, quando as condições variam a explicação ainda permanece, embora a maneira em que o fenômeno é expresso possa parecer um pouco diferente.

²⁵ Os indicadores estão divididos por categorias analíticas (ver tabela, no capítulo 4).

- Indicador de experiência jornalística formados por: (1) o tempo profissional como jornalista; (2) formação; (3) participação em eventos desastrosos; (4) técnicas de sobrevivência no terreno; (5) relação de confiança com editores; (6) mobilidade no terreno;
- Indicadores de logística redacional: (1) envio do jornalista; (2) confiança no jornalista experiente; (3) pressão/deadline; (4) generalidade; (5) fontes,
- Indicadores de seleção da notícia; (1) número de mortos, (2) proximidade do leitor, (3) acontecimento inesperado, (4) impressionar o leitor, (5) número de páginas no jornal (6) surpreender o leitor.

Deste processo metodológico da TA emergiu algumas vertentes explicativas baseadas na extenuante comparação, ou seja, todo o processo serviu-nos para a construção de uma história que conecta as categorias, produzindo um conjunto de proposições teóricas discursivas, até alcançarmos algumas hipóteses centrais e explicativas sobre a problemática proposta. Desta forma, com afirmou Charmazs (2006), a Teoria Ancorada pode expandir a etnografia realizada em campo procurando problematizar o tema que emerge neste ao logo da pesquisa.

Em paralelo, realizamos uma pesquisa de alguns jornais para comparar os discursos produzidos nas entrevistas e obter um maior esclarecimento sobre as estratégias usadas para a amplificação de um acontecimento desastroso.

3.2.2 Análise Crítica do Discurso Aplicada aos Jornais

A Análise Crítica do Discurso (ACD) aplicada aos periódicos selecionados constituiu uma relevante etapa neste trabalho na perspectiva de tentar analisar de forma mais aprofundada a representação mediática sobre os desastres; o processo de produção; a difusão de ideologia(s) por meio do discurso nas notícias publicadas; e a construção das representações ou distorções da realidades. Em busca do melhor entendimento de tudo isto, examinamos as notícias publicadas sobre o desastre na Ilha da Madeira entre os dias 21 a 27 de Fevereiro de 2010, o qual definimos com mais detalhes a seguir.

O uso da linguagem pelos media pode atingir diversos tipos de (dis)funções nas sociedades contemporâneas, desde formas mais explícitas como lucrar com as vendas

ou com a publicidade, informar ou denunciar. De forma mais implícita, ganhar prestígio, reconhecimento, fomentar a construção e a manutenção da coesão social. Portanto, uma análise das notícias impressas através da ACD ressaltou bem estes pontos, em uma tentativa de contraposição ao que os jornalistas disseram quando foram entrevistados e o que eles realmente escreveram nas matérias nos jornais. Percebendo que estes profissionais representam mesmo que inconscientemente a visão do jornal em que trabalham e que, portanto, seguem, mesmo que de forma irreflexiva as normas impostas. Para Fairclough (1992), a linguagem na sociedade capitalista tardia é uma variável histórica em uma dinâmica de mudanças e transformação ao longo do tempo, onde o discurso caracteriza-se por ter o papel de destaque na reprodução das relações de poder, operacionalizado através do senso comum.

Assim, com base no que afirmou Fairclough (1992), o discurso como uma prática social formadora de ideologia e de hegemonia, ou seja, através de signos desenvolvem-se formas simbólicas que se naturalizam ao longo do tempo, em forma de discurso, atitudes, etc. Ele esclarece que a ACD busca a desconstrução e a exploração do uso social da linguagem, reforçando que um discurso nunca é neutro, ou seja, envolve ideologia histórico-social e política. Também Foucault (2005) proporcionou seu contributo para esta análise social do discurso, visto que elucidando a relação entre o discurso e o poder na construção da sociedade envolve várias dimensões: o discurso constituindo objeto do conhecimento, sujeitos sociais na formação dos *self* e nas relações sociais. Desta forma, utilizou-se nesse estudo a análise do tipo “*Critical Discourse Analysis*” (Bernard, 2010:222), que resalta a imagem que o jornalista transmite de ser a “voz da verdade”, fonte de conhecimento percebida e consumida junto ao público. Por meio deste tipo de análise podemos perceber como as pessoas em sociedade complexas entendem e reagem tornando o discurso uma forma de poder.

A Análise Crítica do Discurso é uma ferramenta para a interpretação e compreensão daquilo que os atores sociais no meio jornalístico impresso de Portugal exteriorizam nas suas notícias, levando em consideração o peso da linha editorial do jornal em que trabalham. Procuramos, portanto, mostrar o modo como as práticas lingüístico-discursivas estão imbricadas na estrutura sócio-política. Assim, como afirmou Fairclough (1989), a ACD pretende também aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de um pessoa por outras, visto que a consciência é o primeiro passo

para a emancipação. A análise dos jornais, como qualquer evento discursivo, é um exemplo de prática social.

Para tal selecionamos, lemos e analisámos através da ACD, 28 páginas de notícias publicadas no jornal Público, 26 páginas do Jornal de Notícias e 25 páginas do Diário de Notícias, focando-nos no conteúdo do discurso e nas formas, mesmo as mais implícitas, como estes media transmitiram a informação sobre o desastre na Ilha da Madeira.

Inspirámo-nos no modelo analítico sugerido por Fairclough (1989: 22), dividido em três dimensões: a *LFS- Lingüística Sistêmica Funcional*, visando as funções e as disfunções dentro da sociedade; a *Análise Prática Discursiva*, sendo entendida como “a dimensão que diz respeito ao uso da linguagem que envolve os processos de produção, distribuição e consumo dos textos” tendo influência nos fatores sociais. E a terceira dimensão seria a *Análise Prática Social*, que visa os contextos culturais e sociais mais amplos. Desta forma, o discurso pode ser percebido como uma representação de valores de identidades e significação do mundo, um certo modo de ação.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Resultados da Análise das Entrevistas

Com base nos pressupostos metodológicos da Teoria Ancorada aplicados às entrevistas foram construídas seguintes tabelas de codificação:

4.1.1 Tabela de Codificação das Entrevistas

Tabela 1. Categorias e Indicadores

CATEGORIA CENTRAL	SUB-CATEGORIA	INDICADORES
JORNALISTA	EXPERIÊNCIA	Mobilidade Comunicação Técnicas de sobrevivência Contactos no terreno Não jornalistas especializados em situação de desastres naturais
	NOVO CAPITALISMO	Flexibilidade Multifuncionalidade Rapidez Uso das redes Sociais Contextualiza-se com a posição hierárquica que ocupa
	MOBILIDADE	Conseguir comida Lugar para dormir Sobreviver com o mínimo Contratar fixer, motorista, tradutor Pouca bagagem Kit sobrevivência Acordos com jornalista que não são concorrentes. Impacto com situações extremas

REDE DE CONTATOS	Agências de Notícias Sites, redes sociais, Cíveis Bombeiros, Entidades
------------------	--

CATEGORIA CENTRAL	SUB-CATEGORIA	INDICADORES
NOTÍCIA	VALOR NOTICIOSO	Nº de mortos/Sobreviventes Impressionar, surpreender, prender o leitor. Acontecimento Inesperado Construção de heróis Título chamativo Fotos de impacto/ referente a história Má notícia = boa notícia Catástrofes humanitárias tem mais valor noticioso que naturais Importante = capa; destaque; páginas ímpares; com fotos
	PUBLICIDADE	Destaque Capa e contracapa Páginas ímpares Pressão dos anunciantes
	CARÁTER	Sensacionalista Impressionar Denunciar História de vida

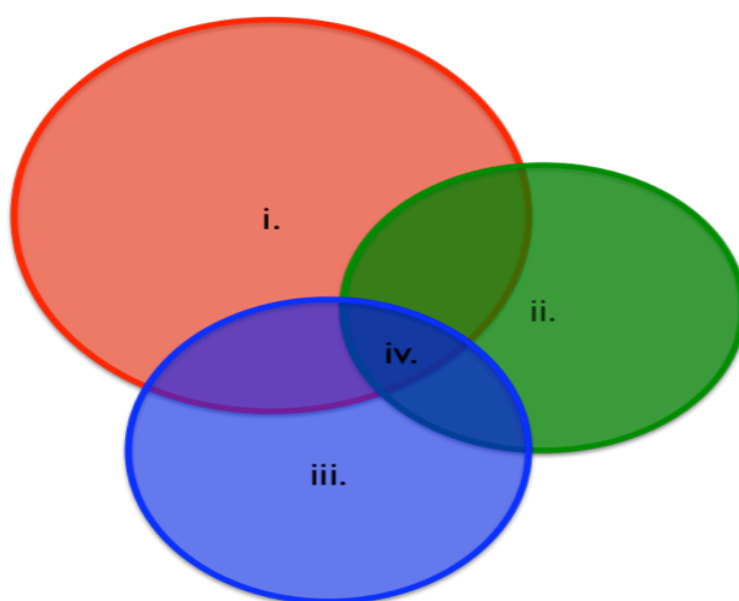
CATEGORIA CENTRAL	SUB-CATEGORIA	INDICADORES
LÓGICA REDACIONAL REDAÇÃO	EDITOR	<p>Confiança no jornalista experiente</p> <p>Alinhado as políticas da empresa.</p> <p>Hierarquia de decisão</p> <p>Deadline- pressionar</p> <p>Não é um processo solitário = art work.</p>
	REDAÇÃO	<p>Triangulação da informação</p> <p>Divisão ou não por secção</p> <p>Competição/cooperação</p>
	JORNAL NACIONAL X JORNAL REGIONAL	<p>Compram pacotes por secção</p> <p>Envia jornalista especial com experiência</p> <p>Não envia correspondente</p> <p>Logística diferente</p>

CATEGORIA CENTRAL	SUB-CATEGORIA	INDICADORES
INTERLOCUTORES	AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO	<p>Fontes de Clippings</p> <p>Presença do correspondentes</p> <p>Pacotes: Internacional/Nacional/regional/ desporto</p> <p>Fotos</p>
	ONG´s	<p>Acesso às vítimas; à especialistas</p> <p>Fontes de história</p> <p>Divulgação institucional</p> <p>Manipular a informação</p> <p>Lógica institucional diferente</p>
	BOMBEIROS, GRN, EXÉRCITO, CIVIS	<p>Mortos no dia, acontecimento extraordinário.</p>

A partir da construção das categorias e dos indicadores sobre as práticas e estratégias realizadas nos periódicos portugueses, foram desenvolvidas as seguintes linhas interpretativas:

4.1.2 Linha Interpretativa

Gráfico I. Linhas interpretativas



- i. Experiência Jornalística
- ii. Interlocutores
- iii. Lógica redacional
- iv. Manutenção da coesão social

i. Linha interpretativa 1 - Não há jornalistas especializados na temática da comunicação dos desastres naturais. Diferente do que acontece em outras temáticas do jornal como economia, educação, política e desporto, não encontramos especialistas em comunicar desastres. Constatamos haver apenas pouquíssimos jornalistas com experiência em áreas de conflitos, ou seja guerras, ataques, revoluções, mas não específico ao fenómeno dos desastres naturais.

ii. Linha interpretativa 2 - A relação com interlocutores é essencial no fabrico da notícia, e no caso dos desastres naturais há uma “economia do caos”,

onde as pessoas percebem nos desastres um meio de lucrar: fixers²⁶, motoristas, tradutores, etc. A notícia é fruto da interação do jornalista com meio social e os seus interlocutores: bombeiros, polícias, ONG's, civis, agências de informação, fixers, tradutores, motoristas, contactos nas redes sociais, etc.

iii. Linha interpretativa 3 - Há uma diferenciação entre a lógica redacional de um jornal de porte regional e um jornal de porte nacional, primeiramente, pela logística da empresa que interfere na produção da notícia, visto que disto depende o envio ou não de um correspondente. Percebeu-se que os jornais regionais, ou de cidades pequenas, tinham por tradição o recurso ao recorte, muitas vezes, copiando o telex das agências de notícias, principalmente da LUSA. Os jornais demonstraram total naturalidade ao fazer esse tipo de afirmação, e muitas vezes quando não havia tempo eles somente mudavam o título do telex.

iv. Linha interpretativa 4 - A manutenção da coesão social²⁷. Entendemos, principalmente com a Análise do Discurso dos jornais selecionados, e da interpretação dos discursos dos jornalistas, que a imprensa tem uma relação direta na construção de uma ideologia de fraternidade, compaixão, o que acarreta manutenção de éticas de condutas para o bem-estar da sociedade: cuidado ao próximo, partilha, mútua ajuda, entre outros aspectos. Os fenômenos desastrosos, portanto, apesar de todo o malefício explícito, escondem formas subliminares de fortalecimento dos laços de ajuda entre os atores sociais

Desta forma, a análise das entrevistas fez-nos perceber, primeiramente, não haver jornalistas especializados na temática do desastres naturais, ou seja, não há uma formação específica voltada ao tema dos desastres naturais ou dos riscos naturais (Linha Interpretativa I). Entre os jornalistas entrevistados, observamos haver jornalistas, embora poucos, com formação em situações de conflitos, como guerras. Sendo assim, os jornalistas, muitas vezes, estão despreparados para o terreno, podendo enfrentar dificuldades de sobrevivência e de mobilidade e, conseqüentemente, influenciando na produção da notícia. Neste sentido, o jornalista pode vir a ser “um alvo” em potencial,

²⁶ Normalmente uma pessoa local, que usa influência informal ou faz arranjos para outra, especialmente por meio impróprio ou ilegal.

²⁷ Termo usado por Durkheim (2002).

seja pelo fato de se encontrar em campo sem estar associado a nenhuma entidade ou exército, estando assim “por sua conta e risco”; seja pelo material valioso de trabalho que leva (laptop, iPhone, telefone satélite, etc.), o que o deixa vulnerável, podendo correr perigo de vida.

“...numa zona de desastre, como é o Haiti, o jornalista é um alvo., porque estamos a falar em uma zona de degradação de situação económica extrema por exemplo..e você leva dinheiro, leva equipamentos, leva valores no fundo... a partir desse momento passamos a ser um alvo, numa sociedade do terceiro mundo como é o Haiti obviamente que o jornalista é um alvo, temos que ter cuidado e temos que saber como se comportar no terreno...” (Trecho da Entrevista com o Jornalista/Editor Mário Andrade do Jornal de Notícia)

Adicionalmente, percebemos como as prática jornalista sofreu alterações com a sistema do “Novo Capitalismo” (Sennett, 1999), consentindo em modificações na estrutura do meio jornalístico, ou seja, jornalistas desempenhando multifunções; corte no número de jornalista, o preço da reportagem, da notícia reduzido à metade, além da aglomeração de diferentes jornais da mesma companhia em uma sede).

“...houve coisas que evoluíram, mas também perdeu-se qualidade, qualidade não se mede ao metro... mas pela capacidade de surpreender os leitores sem baixar o nível, atrair o público com produto de baixa qualidade... e também perdeu muito na ética. Eu acho que éramos um setor que chamamos de vanguarda.” (Trecho da entrevista com o jornalista, Manuel José da Agência de Notícia LUSA.)

Quanto as adaptação às novas tecnologias e a velocidade destas, os media passaram a adoptar as Redes sociais (Facebook, Twitter) como meio de divulgação e obtenção de fontes de informação, além do uso de iPhone, iPad, mecanismos que permitem o acesso rápido em qualquer momento.

“...agarrarmos no telefone, a ligar a alguém que lhe dê a resposta sobre o assunto...nos dê o background, a cor, o que as pessoas estão sentindo, testemunhos histórias ...no caso do Japão tivemos muitas, pois conseguimos apanhar muitos portugueses no Facebook, isso ajudou bastante... as pessoas comentam as notícias, elas dizerem ‘eu estou cá’ e fomos contactando...” (Trecho da Entrevista jornalista Fátima Silva do Jornal Público)

O processo analítico de codificação, mostrou-nos ainda que, a relação entre os jornalistas e os interlocutores é essencial no fabrico da notícia e, apresentando-se de forma particular no caso dos desastres naturais, onde se desenvolve uma certa “economia do caos”, na qual pessoas locais percebendo nos desastre um meio de lucrar apresentam-se como fixers, motoristas, tradutores, etc. (Linha Interpretativa 2).

“E evidentemente no terreno nos dividimos, precisamos em regra do motorista, porque nessas circunstância convêm ter sempre um condutor local...é o fixer/ tradutor, ou seja, o fixer tem de ser...há jornalistas que contratam apenas tradutores. Eu, normalmente, contacto um fixer que também seja tradutor, se for uma zona onde a língua não me é estranha... evidentemente no terreno nos dividimos, precisamos em regra do motorista, porque nessas circunstância convêm ter sempre um condutor local. O fixer é que além de traduzir tem uma noção do contexto do conflito ou de catástrofe de modo a entender rapidamente o que o jornalista precisa. Porque o jornalista dependendo do meio onde está a trabalhar pode precisar de coisas diferentes.” (Trecho da entrevista com Mário Andrade do JN)

Revelou-se também com as entrevistas realizadas, haver uma diferenciação na lógica redacional entre jornais regionais e jornais de porte nacional. Primeiramente, por uma questão logística, visto que estes primeiros não possuem verbas, o que os limitam ao envio de um correspondente à uma zona de catástrofe natural (Linha interpretativa 3).

“...a notícia é lançada na linha de distribuição da notícia, passa pela editoria em Lisboa ou aqui na região central, que valida ou não, sugere ou não, e é naturalmente, com quem se discute se o fato merece ou não um tratamento noticioso... e depois os jornais e os órgãos de comunicação social em geral recebem essa informação de acordo com o contrato que têm com a Agência... as Agências tem pacotes de informação...nacional, internacional, multimédia, desporto, cultura e economia... há acordos entre as Agências para trocarem informação entre si...”. (Trecho da Entrevista com o jornalista Pedro José da Agência LUSA)

Ainda nessa linha interpretativa, percebe-se que a lógica de um jornal regional, ou local seria: apurar as notícias no seu perímetro regional, e o que passar disto é obtido através de “pacotes” de informação e fotos comprados a agências de notícias²⁸, principalmente a LUSA. A lógica do jornal nacional é, normalmente, contraditória, ou seja, envio de correspondente, contrato maior com as Agências Informação, recebendo, desta forma, mais material que um jornal regional.

“...esse é o serviço [LUSA] nos temos aqui um utilizador e uma palavra passe... e depois temos aqui desporto, se calhar não falei de desporto a bocado, nacional e regional. Esse são os que nos subscrevemos se eu tivesse economia apareceria aqui economia, internacional...depois clicando aqui aparecem todas as notícia. Já esta aqui a notícia do Lula da Silva...aqui Moçambique, Itália e Noruega...ou seja o nacional [...]é mais vendido para os jornais regionais, porque é um pacote mais barato, em que eles dão um bocadinho de tudo, dão um bocadinho de economia, não tudo, mas dão o volume que nós precisamos, não precisamos como os jornais internacionais assim precisam... fazem 5, 6 páginas de internacional [...]

²⁸ O comércio de informação por parte das agências de notícias é marcado pela venda de pacotes divididos em nacional, internacional, desporto e fotos. Ao entrarmos em contacto pessoalmente com a Agência Reuters em Frankfurt, este mercado da informação tornou-se ainda mais fulgente, já que disseram-nos que os jornalistas desta agência não poderiam ser entrevistados, mas que todo o material necessário estaria disponível nos arquivos para compra.

No regional aqui tem Moçambique, Itália, portanto caba por ter as principais notícia do internacional...por tanto aqui é só clicar...e aqui é fazer “copy” e “paste”... copy e posso passar pró Word”. (Trecho da entrevista com jornalista Mário de Andrade do Diário de Coimbra)

E, por último, observou-se a relação subentendida dos jornais com a manutenção da coesão social²⁹, que emerge também nas notícias dos jornais que usamos como contraposição às entrevistas (Linha Interpretativa 4). Os discursos recolhidos nas entrevistas são marcados pelas palavras “ajuda”, “denunciar”, “o próximo”, “sensibilidade”, entre outras, que delimitam a construção ou a manutenção do sentimento de ajuda ao próximo, na construção de uma ética de fraternidade.

4.2 Resultados da Análise dos Jornais

Parte do *corpus* analítico desta pesquisa, como dissemos anteriormente, constituiu-se pelas notícias dos jornais Público, Jornal de Notícias e Diário de Notícias no período entre os dias 21 e 27 de Fevereiro de 2010. Aplicando a Análise Crítica do Discurso (ACD) conseguimos traçar as estratégias de comunicação usadas pelos jornalistas na produção de notícias de um desastre natural.

4.2.1 Fator Noticioso

Com o auxílio da ACD percebeu-se a presença clara de marcadores coesivos explícitos em trechos narrativos dos jornais Diário de Notícias e Jornal de Notícias, assim como a utilização de fotos e histórias de vítimas fatais (capa do DN dia 22/02/10 e capa do JN dia 23/02/10), na tentativa de auferir a concorrência por mais audiência. A ACD dos jornais revelou, ainda, a predominância do uso das palavras “morte”, “mataram”, “vítima”, além de outras como “cadáver”, “tragédia”, tanto na manchete quanto no conteúdo do jornal, com o intuito de trazer a atenção do público e assim intensificar as vendas dos periódicos e, conseqüentemente, a publicidade como pode ser percebida com os seguintes títulos das notícias:

²⁹ Termo usado por Durkheim em sua obra “A Divisão do Trabalho Social” (2002) para definir, basicamente, a consciência coletiva que constitui o “conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade, formando um sistema determinado com vida própria”. A consciência coletiva é capaz de coagir ou constranger os indivíduos a se comportarem de acordo com as regras de conduta prevalentes.

“Morte e Destruição na Ilha da Madeira” (DN-21/02/2010); “Cães da GNR encontram dois corpos na Ribeira Brava” (DN-25/02/2010); “Teme-se que shopping possa ser um cemitério” (JN-22/02/2010); “Governo Regional relativiza tragédia para defender turismo” (PB-23/02/2010). “Ilha foi engolida pelas águas que mataram dezenas” (DN-21/02/2010:2); “Vi um corpo a boiar na rua” (JN-21/02/2010:5); “Madeira enterra seus primeiros mortos”, com foto com senhoras chorando e ao pé do caixão (JN-24/02/2010).

O jornal Público segue a postura, que é norma no jornal, do não uso de exploração da morte, ou seja, faz o uso de uma linguagem mais analítica sobre a situação de desastre relatando o acontecido sem causar pânico e tão pouco o sensacionalismo: “Tragédia na Madeira” (PB-21/02/2010); “Governo Regional da Madeira tenta ocultar o número de mortos” (PB-24/02/2010).

Outro ponto que podemos destacar, é o fato de que o jornalista pode ser induzido a escrever sobre os acontecimentos de forma apelativa, ou seja, dando ênfase à morte, à perda e à dor das famílias. Pode se constatar o mesmo no discurso dos jornalistas, os quais afirmaram que os desastres adicionam “condimentos” à notícia do dia:

“...O povo português... tudo que mexa com sangue os jornais que mais vedem em Portugal são aquele que fala de acidente, violência domestica, porque as pessoas gostam de sangue. Não se preocupam muito com cultura, política... é complicado falar de suicídios, por exemplo porque tem o problema de poder induzir as pessoas a fazerem o mesmo, mas se falamos de um desastre está mais distante da realidade das pessoas”. (Trecho da Entrevista como o jornalista Bruno Aldo do Diário de Coimbra)

4.2.2 A Imagem

O uso da imagem é outro recurso peculiar usado como estratégia de comunicação pelos media em uma situação de desastre natural, seja por meio de fotos da área devastada como meio representar e apresentar a dimensão da destruição ocorrida; seja, no outro extremo, pelo uso da imagem de vítimas fatais no intuito de chamar a atenção do leitor, de surpreendê-lo. Um exemplo prático disso pode ser visto no dia 23/02/2010 no Jornal de Notícias, o qual traz à capa uma foto de quase meia folha de um morto sendo retirado de dentro do carro, sendo que esta imagem ilustrava a seguinte manchete: “Plano de Emergência é de 2003 e já alertava para risco de morte”. No mesmo jornal, também nesse dia na página 4, encontrava-se a seguinte notícia: “Um herói é unânime”, título referente a história de um bombeiro que morreu no

acontecimento tentando salvar a vizinha. Deste modo, encontra-se evidente uma das características na estratégia de comunicação do fenômeno desastroso, cujo valor noticioso é constituído pelo vários fatores em destaque: a construção de um herói, o fato inesperado e o número de mortos. Demonstrou-se tanto nas entrevistas realizadas com os jornalistas quanto com a análise das entrevistas que, a seleção da imagem são formas representativas de 1) salvamento, 2) sofrimento e 3) devastação.

“Numa primeira fase nos sabemos que numa questão de temas, o salvamento é sempre a foto mais apreensível, o salvar ou o sofrimento das pessoas. Nos quando procuramos a foto aquela que foi mais apreensível, foi aquela do salvamento de um homem que estava a passar na rua e foi apanhado pela corrente e que foi socorrido e por tanto naquela foto se percebe bem do esforço que foi feito para salvar as pessoas. Essa foi a principal preocupação: as fotos de salvamento, sofrimento e devastação. Foram as 3 principais ideias.” (Trecho da Entrevista com o jornalista Igor Melo do Jornal da Madeira)

4.2.3 O Poder Simbólico dos Media na Coesão Social

Adicionalmente, apesar de não ser uma estratégia explicitamente relatada, mas que foi detectada na análise das entrevistas, é a presença do discursos incitando o público à cooperação, participação em uma tentativa de sensibilizar à comoção deste para o caso das vítimas e da destruição na ilha da Madeira. De forma ilustrativa temos: “Presidente da República reitera solidariedade de todos os portugueses” (PB-25/02/2010; capa).

Assim também constatamos no JN que trouxe; por exemplo, no dia 23/02/2010 um espaço dizendo: “Como Ajudar”, cuja finalidade era a sensibilização das pessoas a ajudarem os sobreviventes. Este tipo de discurso linguístico tem a função prática na sociedade contemporânea de manutenção da coesão social, que assegura sua continuidade social e torna possível que os indivíduos se adaptem ao processo de socialização, ou seja, quando são capazes de assimilar valores, hábitos e costumes que definem a maneira de ser e de agir característicos do grupo social a qual pertencem. Uma tentativa de unir as partes, reforçando sentimentos de cooperação, fraternidade e solidariedade. O que pode ser visto como a cooperação entre cidadãos e Estado, dado que os que praticam a solidariedade estão exercendo funções que muitas vezes caberiam ao Estado: proteção, abrigo, alimentação, ou seja, as condições básicas de sobrevivência.

A partir da Análise Crítica do Discurso das notícias dos jornais Diário de Coimbra, Jornal de Notícias e Público, traçamos o quadro abaixo, com as principais estratégias

usadas por este meios ao comunicar uma notícia de desastre natural. Neste quadro percebemos as principais diferenças e semelhanças entre os jornais de porte nacional, como é o caso do Público e do Jornal de Notícias e dos jornais de porte local, regional como é o caso do jornais Diário de Coimbra.

Dividimos e caracterizamos os jornais em: fontes, tratamento dos telex, Foto, envio dos jornalistas, tipo de jornalista, logística, edição e publicidade.

Tabela 2. Análise Crítica do Discurso dos Jornais selecionados.

	Diário de Notícia	Jornal de Notícias	Público
Fontes	LUSA, Bombeiros, Polícia, Civis, Entidades, Ong's	LUSA, bombeiros, polícia Civis, entidades do governo	LUSA, Reuters, AFP, ONG's Bombeiros, Polícia Civis, entidades do governo.
Tratamento dos Telex	Tratamento superficial ; copia e cola	Tratamento superficial ; copia e cola	Interpretação; triangulação da informação e edição.
Divisão da secção	Não há; todos os jornalistas fazem tudo.	Não há; todos os jornalistas fazem tudo.	Divisão por secção internacional; país; desporto; etc.
Foto	Foto ilustrativa história; da Lusa salvamento, sofrimento e devastação	Lusa; apelo a morte, dor, perda salvamento, sofrimento e devastação	Fotógrafos próprios e Agência salvamento, devastação
Envio do jornalista	Envio local; regional	Envio regional, local	Envia correspondente
Tipo de jornalista	Geral-escreve sobre tudo; tira fotos	Geral-escreve sobre tudo; tira fotos	Experiência em guerra/desastres
Logística	Material escasso	Material escasso	Com mais acesso aos meios telefone satélite
Edição	Análise da direção/ edita todas a notícias do dia	Análise da direção/ edita todas a notícias do dia	Jornalista mais experiente tem liberdade de escrita
Publicidade	Folhas impares mais caras; tinham grandes publicidade junto as notícias de desastres vistos que esses estava na secção de destaque	Folhas impares mais caras; tinham grandes publicidade junto as notícias de desastres vistos que esses estava na secção de destaque	Folhas impares mais caras; tinham grandes publicidade junto as notícias de desastres vistos que esses estava na secção de destaque

Tabela 3. Quadro Comparativo das Manchetes

Fevereiro 2010	DIÁRIO DE NOTÍCIA	PÚBLICO	JORNAL DE NOTÍCIAS
Dia 21	Morte e destruição Na ilha da Madeira.	Tragédia na Madeira	Calamidade na Madeira
Dia 22	UE não põe limites na ajuda à Madeira.	Madeira desperta no caos.	Teme-se que shopping possa ser um cemitério
Dia 23	Vítimas identificadas por ADN.	Governo Regional da Madeira relativiza tragédia para defender o turismo.	Plano de emergência é de 2003 e já alertava para risco de morte
Dia 24	Madeira começa a regressar lentamente à normalidade.	GRM tenta ocultar o número de mortos.	Madeira enterra os primeiros mortos (foto de caixões).
Dia 25	Só a Madeira não tem reserva ecológica nacional.	Presidente da República reitera solidariedade de todos os portugueses.	Padroeira do Funchal salvou-se
Dia 26	Cães da GRN encontram dois corpos na Ribeira Brava.	Reconstrução pode demorar dez anos e custar mil milhões	Número oficial de mortos baixa apesar de haver mais cadáveres.
Dia 27	Os pequenos heróis da grande devastação na Madeira.	“O chão foge na encostas da Madeira” (reportagem de 5 páginas no P2.)	Mais dois cadáveres baralham balanços.

Observe-se que até o dia 24 o DN tendeu a descrever o cenário de destruição total, causado pelos aluviões. Mas, apenas 3 dias depois o mesmo jornal fala que já se está retornando à normalidade, sendo que, no mesmo dia, o jornal Público faz a denúncia de que o Governo Regional da Madeira ocultou o número de mortos, na tentativa de proteger o turismo. Analisando as notícias do DN deste dia percebemos que estas contradizem coma manchete de capa, a qual afirma que a Madeira já estava a voltar à normalidade, pois lendo mais detalhadamente as notícias internas percebe-se haver fotos de pessoas enterrando seus familiares, sobreviventes que estão sem apoio psicológico, ou áreas que continuam inacessíveis.

Notou-se ainda com a análise que os jornais divergem sobre dados da mesma informação, como, por exemplo, o JN do dia 22 de Fevereiro que afirma existir um número total de 42 mortos, o que contraria o que foi dito pelo jornal Público que afirmava haver 43 mortos e o Diário de Notícias que indicava 41 mortos. O JN ainda enfatizava que uma das vítimas era inglesa, como dando um peso maior aquela à vida por ser estrangeira e não especificando os outros mortos encontrados.

As observações dos dados, jornais e entrevistas, permite-nos concluir que o Público tende a seguir uma linha editorial com a ética de não exploração do fator morte nem da dor dos sobreviventes, mostrando-se mais na função descritiva do acontecimento desastroso assim como na denúncia sobre o número de mortos e sobre o interesse do Governo Regional da Madeira em retomar à “normalidade” devido ao turismo na Ilha.

Já o Jornal de Notícias foi o que mais explorou e usou em suas notícias as palavras: calamidade, mortos, corpo, cadáveres (dia 26/02/2010) e o uso explícito da imagem de corpos da vítimas na ilustração destas (dias 22 e 23/02/2010). As notícias do Público têm um teor mais ameno, ou seja, relatando os fatos sem causar pânico. Têm um viés mais focado na denúncia, na informação do fato, usando da narrativa de vida de pessoas que estavam no local na hora do ocorrido.

O caráter noticioso determina que tipo de destaque uma certa notícia vai receber, se esta estará, conseqüentemente, na capa com ou sem foto; se terá uma manchete sobre a mesma, ou se ocupará as folhas interiores de maior impacto. O jornal Público publicou no dia 25/02/2010, em seu caderno P2, uma reportagem de cinco páginas sobre o desastre da Ilha da Madeira com o seguinte título de capa: “O chão foge nas encostas

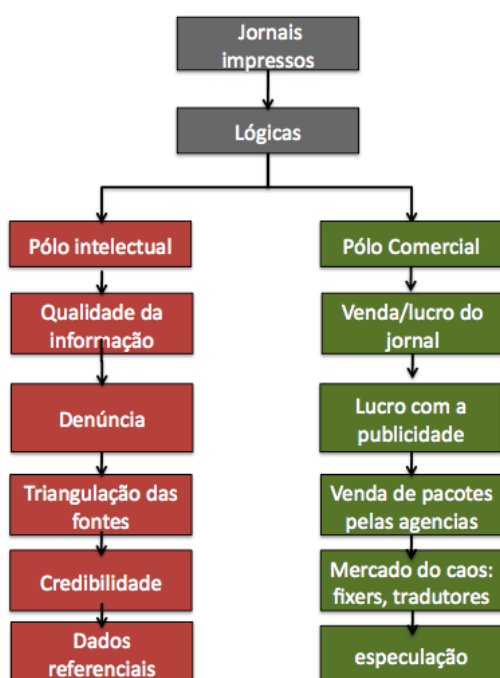
da Madeira”, tendo uma foto de página inteira. Com a leitura dos periódicos referentes ao mesmo acontecimento percebemos ser este processo de hierarquização do valor noticioso característico não só dos jornais portugueses, mas de todos os outros media.

“...a hierarquia da informação, no caso do Público, para esse tipo de acontecimento sempre vem no destaque. São as primeiras páginas do jornal, é o assunto que apostamos mais em relação ao background, a informação adicional e por aí a fora. Depois cada secção tem uma página ou duas páginas de abertura, dependendo da importância do tema. É o tema do dia. À medida que vai passado o tempo ... passa-se para abertura de secção e vai diminuindo... encontráramos corpo num onde, tem mais importância porque é um desastre grande humanitário. Aqui é feito um bocadinho pelo grau de importância que damos, enquanto linha editorial do jornal queremos dar ao tema...” (trecho da entrevista com a jornalista Fátima Silva, jornalista há 21 anos no Público)

Nos primeiros dias após o acontecimento o Jornal de Notícias trazia o seguinte título na capa: “Teme-se que shopping possa ser um cemitério” (22/02/2010). Esta matéria possuía 4 páginas completas na secção de destaque. Acompanhando a evolução da abordagem dos jornais, detectámos no final de uma semana que este jornal tinha apenas um quarto de página que falava sobre o assunto na secção Portugal (JN, 21 a 27/02/2010) Depois do dia 27 o acontecimento da Madeira não foi mas notícia, nem sequer uma nota, pois aconteceu o terremoto no Chile que matou 214 pessoas e destruiu parte da cidade de Santiago. (PB, 28/02/2010).

Deste modo, percebe-se que o ciclo jornalístico dos jornais impressos em Portugal pode ser dividido na seguinte lógica:

Gráfico 2. Lógica Jornalística



No pólo intelectual destacamos os jornais de porte nacional, como o jornal Público, os quais atribuem mais ênfase à seleção e apuramento dos fatos, fazendo sempre uma triangulação correspondente/agências/redação. O caráter linguístico apresentado por esse tipo de jornal é literário, ou seja, usando uma narrativa de vida para o relato do acontecimento.

Em contraponto encontra-se o pólo comercial, os quais localizam-se os jornais de porte regional ou local, ou de âmbito nacional como o Diário de Notícias, por exemplo, voltando-se mais para a promoção do lucro, seja pela venda dos jornais, ou pela publicidade envolvida em torno deste meio impresso. O caráter linguístico, usado pelos jornais de porte local, tem uma marca mais apelativa, apelativa e sensacionalista se necessário. Outro ponto que podemos destacar nesse pólo comercial é a “economia do caos” que é gerada junto a situações extremas (desastres naturais, humanitários e guerras). Nessas situações são criadas novas formas de economia, envolvendo pessoas locais e outros interlocutores não-locais, que passa a ser fixers, motoristas, tradutores, ou seja, facilitadores da notícia em meio ao caos. Entro deste mercado também estão as Agência de Notícias, produzindo um mercado de informação através dos pacotes que são vendidos os meios diversos meios de comunicação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados encontrados nessa pesquisa e dos postulados da literatura sobre o tema podemos refletir sobre a representação midiática sobre as situações de desastre natural nos jornais impressos portugueses. Também é possível analisar quais as estratégias de comunicação adotadas e o seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Com a aplicação da Teoria Ancorada³⁰ identificamos 4 linhas interpretativas sobre o tema em questão. A primeira linha interpretativa revelou-nos não haver jornalistas especializados na temática dos desastres naturais. Esta é uma constatação fulcral à amplificação do risco, visto que pode-se gerar prejuízos na totalidade da transmissão como: superficialidade do tema, parcialidade, falta de memória histórica³¹ sobre o assunto, ou até a exploração sensacionalista. A segunda linha interpretativa mostrou-nos a relevância da interação dos jornalistas com os interlocutores, constituindo-se estes últimos, como facilitadores do fabrico da notícias, proporcionando muitas vezes o acesso às fontes, às histórias e a mobilidade e a proximidade com o fato real.

Com esse estudo percebemos que existe uma relação direta entre o tipo de interação que o jornalista possui com os seus interlocutores (Agências, Polícia, Bombeiros, ONG's, entidades governamentais, etc.) e a construção da notícia que será impressa. Através destes interlocutores serão obtidas as principais fontes, as histórias, o acesso a testemunhas, a mobilidade no terreno, sendo este conjunto a síntese do mosaico de informação para a construção da notícia.

Na terceira linha interpretativa constatamos haver uma diferenciação explícita entre a lógica redacional dos jornais regionais e os jornais nacionais. As principais diferenciações têm relação: 1) à logística de cada jornal; 2) à política de conduta na forma de seleção das fotos e dos fatos noticiosos, 3) à hierarquização e ao clipping da informação transmitida pelas agências de notícias.

³⁰ Ferramenta metodológica: Teoria Ancorada (Capítulo 3 em 3.1).

³¹ Essa memória histórica relaciona-se com o fato de não haver um jornalista exclusivo ou especializado na temática, tornando-se, assim, mais difícil a contextualização aprofundada do cenário a ser difundido. A memória jornalística traz consigo a possibilidade de contraposição da situação presente e de situações anteriores.

Constatou-se com a Linha interpretativa 4 a possibilidade das notícias sobre desastre naturais apresentarem (dis)funções sobre a coesão social (Durkheim, 2002). O discurso lingüístico empregado pelos jornais pode ocasionar às (dis)funções práticas na sociedade moderna: a manutenção e solidificação da coesão social, que assegura sua continuidade social, de forma a tornar possível que os indivíduos se adaptem ao processo de socialização, ou seja, a naturalização de sistemas simbólicos que permitem o assimilar de valores, hábitos e costumes, os quais definem a maneira de ser e de agir característicos do grupo social.

Enfim, as notícias sobre desastre naturais influenciam, mesmo que de forma tácita, na coesão social, na tentativa de unir as partes, reforçando sentimentos de cooperação, fraternidade e solidariedade. Esta constatação pode ser vista como uma forma de complementaridade entre os cidadãos e o Estado, dado que aqueles mobilizam-se de modo solidário e exercendo funções que, muitas vezes, caberiam ao Estado (proteção, abrigo, alimentação, ou seja, condições básicas de sobrevivência). Desta forma, o processo de socialização intrínseco aos meios de comunicação está impregnado na construção ideológica do self, numa ação pró-comunidade, de reprodução de condutas, de regulação e de manutenção, perpassando domínios simbólicos e econômicos na sociedade.

Adicionalmente, partindo da avaliação das notícias publicadas nos periódicos portugueses (DN; JN e PB), com o auxílio da ACD³², observou-se ser o discurso uma prática social formadora de ideologias e de condutas, através da naturalização simbólica (Fairclough 1992). Reforçou-se, ainda, com a LSF³³, a Linha interpretativa 4, na qual também apreendemos as possíveis (dis)funções (propagar o pânico, tranquilizar, guiar, auxiliar nas prevenções futuras, manutenção da coesão) que a Amplificação do Risco pelos periódicos pode assumir. Já a APD salientou as idéias da Linha interpretativa 3, sobre a prática no fabrico da notícia, envolvendo o discurso lingüístico empregado no processo de difusão do desastre natural.

Resumidamente, a análise crítica do discurso dos jornais mostrou-nos que o Jornal DN e JN possuem marcadores coesivos, usando fatores apelativos (fotos, manchetes,

³² Ferramenta metodológica: ACD- Análise Crítica do Discurso (Capítulo 3 em 3.2).

³³ LFS- Lingüística Sistemática Funcional, APD- Análise Prática Discursiva e APS- Análise Prática Social na ACD Análise Prática Discursiva. (Ver Capítulo 3)

histórias dramáticas) como forma de sensibilizar os leitores, de “chamar a atenção”, visando a venda do jornal, e conseqüentemente, aumentando a procura por publicidade. Contraditoriamente, o PB apresenta uma postura de não-exploração do “fator morte” para retratar a situação de desastre natural, característica encontrada tanto nas entrevistas realizadas, quanto nas notícias impressas analisadas. Este periódico mostrou estar mais focado no desenvolvimento histórico discursivo e na descrição dos fatos.

Entretanto, todos os jornais analisados empregaram, alguns de forma menos explícita, o discurso como forma de incitar o público à cooperação, à participação e como forma de a de sensibilizar.

Resumidamente, os acontecimentos desastrosos desempenham (dis)funções, que afetam a sustentação da unidade social dentro das sociedades modernas, na qual as relações entre os atores sociais estão cada vez mais *liquidificadas* e *individualizadas* (Bauman, 1997). Ou seja, a *Sociedade Risco* (Beck, 2006) gera os desastres naturais e, por conseguinte, estes criam formas *autopoéticas* (Luhmann, 1995) de (dis)funções na própria sociedade, fomentando o restabelecimento da ordem social.

Todo esse processo só é possível com o auxílio da comunicação, especialmente dos media em locuções ideológicas tácitas por detrás dos discursos (Bourdieu, 1997). Sendo assim, a comunicação produz formas de agir social e de dominação, demonstrando que os produtos sociais contribuem para criar, reproduzir e manter a ideologia de dominação e, conseqüentemente, a própria estrutura da sociedade.

Logo, as principais estratégias de comunicação dos jornais impressos para os cenários de desastre dependem da 1) experiência do jornalista, 2) da política de conduta da empresa, 3) da interação com os interlocutores, 4) da seleção da história e das fotos; e 5) do foco geral ao tratar o caso.

Finalmente, os resultados deste estudo nos conduziram a perceber as mudanças na prática jornalista, que serão intensificadas nos próximos anos, tanto pelas mudanças no Sistema do “Novo Capitalismo” (Sennett, 1999), como pela contínua e rápida mudança tecnológica.

Referência Bibliográfica

Adorno, Theodor; Horkheimer, Max (1978), "The Culture Industry: enlightenment as mass deception", in *The Dialectic of Enlightenment*. New York: Herder and Herder. Anderson, Alison (2009), "Media, politics and climate change: Towards a New research agenda", *Sociology Compass*, 3/2, 166-182.

Bardin, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barne, B. E; Thomson, (1994), "Power to the people (meter): audience measurement technology and media specialization", in J.S. Ettema and D.C. Whitney (eds.), *Audience-making. How the Media Create the Audience*,. Thousand Oaks: Sage, 75-94

Bauman, Zygmunt (1997), *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus.

Bauman, Zygmunt (1998) *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bauman, Zygmunt (2001), *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Beck, Ulrich (2006), "The Cosmopolitan Vision". Cambridge: Polity Press.

Beck, Ulrich (2002), "Risk Society: revisited Theory, Politics and Research Programmes", in *the Risk Society and Beyond*. London: Sage.

Bernard, Russell H; Ryan, Gery W. (2010), "Analyzing Qualitative Data: systematic approaches" London: Sage.

Breed, Warren (1995), "Social Control in The Newsroom: a functional analysis", *Social Forces*, 335-335.

Boudieu, Pierre (1997), *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bourdieu, Pierre (1986), "The forms of capital", in J. Richardson (Ed.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, 241-258.

Burawoy, Michael (1988) "The Extended Case Method". *Sociological Theory*, (16): 1, 4-33

Charaudeau, Patrick (2006), *Discurso dos Mídias*. São Paulo: Contexto.

Charmaz; Kathy (2006), "Constructing Ground Theory: a Practical Guide Through qualitative Analysis". Thousand Oaks: Sage.

Drabek, Thomas E. (1989), "Disasters as no routine social problems", *International Journal of Mass Emergencies and Disaster*, 7(3), 253-364.

Durkheim, Émile (2002), *As regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret.

Foucault, Michel (1977), *Vigiar e Punir - História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.

Foucault, Michel (2005), "The archeology of Knowledge". London: Routledge.

Fairclough, Norman (1989) "Language and Power. London: Longman.

Fairclough, Norman (1992), "Discourse and Social Change". Cambridge: Polity Press.

Gibbs, R, Graham (2007) "Analyzing Qualitative Data" London: Sage

Giddens, Anthony (1997), *As Conseqüências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editores.

Glaser, B. G.; Strauss, A.L (1967) "The Discovery of Grounded Theory". Chicago: Aldine

Gramsci, Antonio (1971), "Selections from the prison notebook of Antonio Gramsci" Eds Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. London: Lawrence

Grekhamer, Tomas; Koro-Ljungberg (2005), "The Erosion of a Method: examples from Grounded Theory", *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 18 (6) , 729-750.

Goldhorpe, John H. (1997) "A Response to the Commentaries, Comparative Social Research" (16): 121-132.

Habermas, Jürgen (1987), "Teoria de la Acción Comunicativa". Madrid: Taurus.

Horkheimer, Max; Adorno, Theodor (1985). A Dialética do Esclarecimento, Rio de Janeiro: Zahar

Karperson, Jeanne (1988a), "The Circuit of Mass Communication: media strategies, representation and audience reception in the AIDS crisis". London: Sage.

Karperson, Jeanne (1988b), "The social amplification of risk: a conceptual framework", Risk Analysis, 8(2).

Karperson, Jeanne X.; Karperson, Roger E. (2005), "The Social Contours of Risk". Volume I: Publics, Risk Communication & the Social Amplification of Risk. London: Earthscan.

Kirtzinger (1999), "Researching Risk and the Media", Health, Risk and Society 55-69.

Lasswell, Harold (1948), "The Structure and Function of Communication in Society", in Brayson, L. The communication of ideas. New York: E, 32-51.

Löfstedt, R.E. (2003), "Risk Communication and Management in the Twenty-First Century". Journal Public Management Journal 2004; 7,3.

Luhmann, Niklas (1991), "Soziologie des Risikos". Berlin: Walter Gruyter.

Luhmann, Niklas (1992) "Die Wissenschaft der Gesellschaft". Frankfurt: Suhrkamp

Luhmann, Niklas (1995), "Social Systems". Stanford: Stanford University Press.

McQuail, Denis (2003) Teoria da Comunicação de Massas. Lisboa: Gulbenkian

Mendes, José Manuel (2003), Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. Coimbra: Oficina do CES, 194.

Merton; Robert King (1968), "Social Theory and Social Structure". New York: Free Press.

Merton, Robert King; Lazarsfeld, Paul (1975), "Mass Communication, Popular Taste, and Organized Social Action", in *The Process and Effects of Mass Communication*. Revised edition. Urbana: University of Illinois Press.

Nafarrate, Torres J. (2000), *Galáxia de Comunicação: O legado Teórico de Luhmann*", in *Lua Nova- Revista de Cultura e Política*; n 51. São Paulo: Cedec

Pérsigo e Fossá (2010), "Da crise a Céu aberto às Manchetes dos jornais: a comunicação organizacional e a construção do acontecimento jornalístico", *Revista Lumina*, 4 (2).

Renn, Ortwin (1992), "Concepts of Risk", in Krimsky, S., Golding, D. (Eds.), *Social theories of risk*. Westport: Praeger Publishers, , 53–79.

Renn, Ortwin (2006) (2001), "Risk Communication: consumers between information and irritation", *Journal of Risk Research*, 9(8).

Renn, Ortwin (2008), "Risk Governance: coping with uncertainty in a complex world". London: Earthscan.

Ribeiro, Manuel João (1995), "Sociologia dos desastres", *Sociologia - problemas e práticas*, 18, 23-43.

Saladaña, Johnny (2009) "The Coding Manual for Qualitative Researchers". London: Sage.

Schudson, Michael (1988) *Por que as notícias são como são?* In: *Comunicação e Linguagens*. Lisboa, n.6, dez.

Sennett, Richard (1999), *A Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

Seidl, David; Becker, Kai Helge (2005), *Niklas Luhmann and organization studies*. Copenhagen and Malmö: Copenhagen Business School Press.

Simmel, Georg (1987), *A Modernidade e a Vida Mental*. In Velho, Otávio (org.) *O Fenomeno Urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara,

Slovic, Paul (1992) "Perception of Risk on the Psychometric Paradigm" In S. Krisky and D. Golding (Eds.) *Social Theories of Risk*. Westport: Praeger.

Slovic, Paul (2000), "The Perception of Risk". Virginia: Earthscan.

Smith, J (1973), "The shadow in the cave". London: Allen und Unwin.

Smillie, L.; Blissett, A (2010), "A Model for Developing risk Communication strategy", *Journal of Risk Research*, 13(1), 115-134.

Sodré, Muniz (2009), *Tempo e Acontecimento*, in Barbosa, Marialva; Fernandes, Márcio; J de Moraes, Osvaldo (Org.) *Comunicação, Educação e Cultura na era digital*. São Paulo: Intercom.

Sousa, Jorge Pedro (2006), *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos media*. Porto: 2ª edição Edições Universidade Fernando Pessoa.

Strauss, Anselm; Corbin, J. (1998) "Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques". Newbury Park, CA: Sage

Strauss, Anselm (1987), "Qualitative Analysis for Social Scientists". New York: Cambridge University Press.

Tobin, Graham A; Montz, Burrell E. (1997), "Natural Hazards: Explanation and Integration". New York and London. Guilford Press.

Traquina, Nelson (2004) Teorias do Jornalismo. Florianópolis: Insular.

Tuchman, Gaye (1978), "Making News. A study in the Construction of Reality". New York, The Free Press.

Wildavsky, Aaron and Karl Dake (1990), "Theories of Risk Perception: Who Fears What and Why?", *Daedalus*, 119(4) (:): 41–60.

Wolton, Dominique (1999), *Pensar e Comunicar*. Lisboa: Presença.

Wolf, Mauro (1995), *Teorias da Comunicação*. 4 ed. Lisboa: Editorial Presença.

Zimmerman, Rae; Restrepo, Carlos E.; Culpen, Alison; Remington, Wendy E.; Alison, Kling; Portelli, Ian; Foltin, L. (2010), "Risk Communication for Catastrophic Events", *Journal of Risk Research*, 13(7), 913-935.

Sítios eletrónicos:

<http://www.bbc.co.uk/news/business-12889048> - BBC

<http://www.facebook.com/press/info.php?statistics>- Facebook

<http://www.ngdc.noaa.gov/ngdc.html> -The National Geophysical Data Center (NGDC)

<http://www.oecd.org> -Organisation for Economic Co-operation and Development (Oecd)

<http://www.emdat.be> - Emergency Events Database (EM-DAT)

<http://www.munichre.com> - Reinsurance in Risk Management (Munich Re)

http://ioc-unesco.org/index.php?option=com_content&view=article&id=301:3-days-after-the-11-march-2011-earthquake-off-the-pacific-coast-of-tohoku-japan&catid=16&Itemid=76 Intergovernmental Oceanographic Commission (IOC)

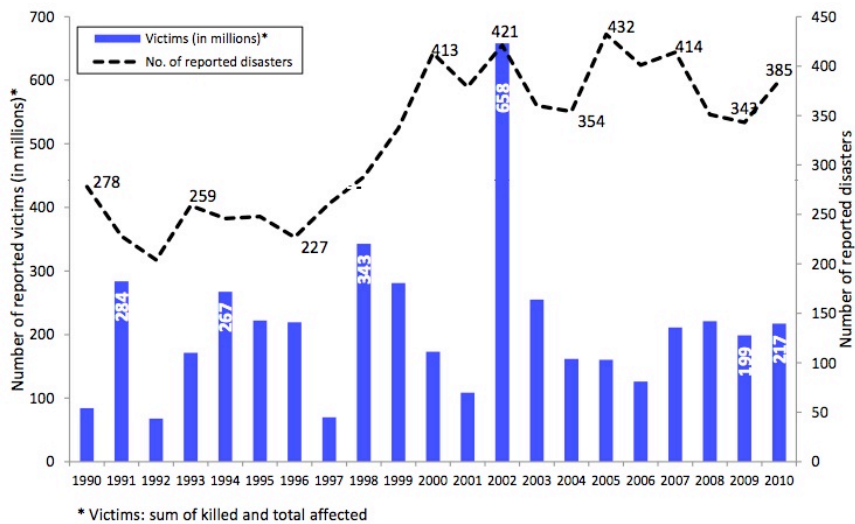
<http://reliefweb.int/node/400970>

<http://www.unisdr.org> - International Strategy for Disaster Reduction (ISDR)

ANEXOS

Gráfico 3.A Moda dos Desastres Naturais nos Últimos 100 anos.

Figure 1 – Trends in occurrence and victims



Fonte: Annual Disaster Statistical Review 2010. The numbers and trends. Centro for Research on the Epidemiology of Disaster (CRED). Brussels, Belgium.

Gráfico 4. Os Maiores Desastres Naturais em Portugal entre 1900-2011

**Top 10 Natural Disasters in Portugal
for the period 1900 to 2011
sorted by numbers of killed:**

Disaster	Date	No Killed
Extreme temperature	Aug-2003	2,696
Flood	26-Nov-1967	462
Flood	20-Feb-2010	43
Extreme temperature	Jul-2006	41
Flood	29-Dec-1981	30
Storm	30-Oct-1997	29
Flood	Jan-1979	19
Flood	18-Nov-1983	19
Wildfire	15-Jun-1986	15
Wildfire	15-May-2005	15

Fonte: <http://www.emdat.be/>

Gráfico 5. Modelo Analítico da Teoria Ancorada

THE CODING MANUAL FOR QUALITATIVE RESEARCHERS

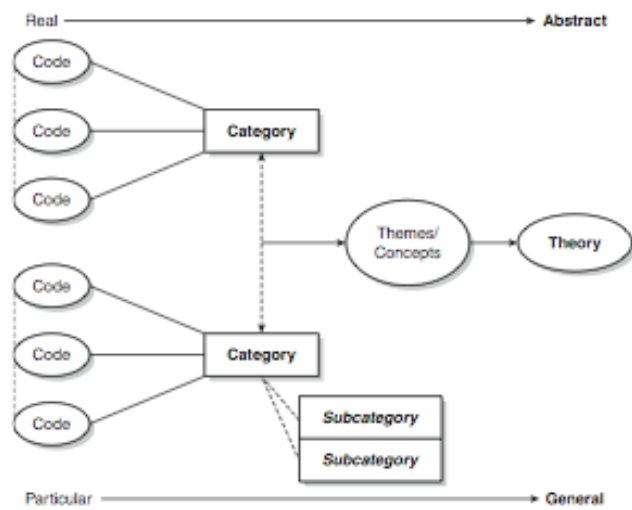


FIGURE 1.1 A streamlined codes-to-theory model for qualitative inquiry

Fonte: Saladaña, Johnny (2009), "The Coding Manual for Qualitative Researchers". London: Sage.

Tabela 5. Perfil dos Jornalistas Entrevistados

Jornalista	Sexo	Idade	Jornal	Local	Formação	Experiência
Mário Andrade ³⁴	M	36	DC*	Coimbra	Licenciado	Editor diretor/.adjunto
Bruno Aldo	M	49	DC	Coimbra	CENJOR	Jornalista
Lúisa Santos	F	25	RU	Coimbra	Mestrado	Jornalista
Pedro José	M	54	LUSA	Coimbra	Mestrado	Jornalista
Vitor Sousa	M	46	JN	Porto	CENJOR e em conflitos	Correspondente Desastres e Guerras.
Manuel Augusto	M	51	LUSA	Coimbra	CENJOR	Jornalista, diretor-adjunto
João Pereira	M	48	DB	Coimbra	CENJOR	Jornalista, Chefe de redação
Mario Andrade	M	42	JN	Coimbra	Licenciatura comunicação social	Correspondente Bósnia, Guerra na Angola
Fátima Silva	F	45	PB	Lisboa	21 anos no Público não se licenciou	11 de Setembro Escreveu sobre o Japão
Maria Graça	F	31	PB	Lisboa	Licenciada	Afeganistão, Iraque, Guerras
Pedro Paulo	M		PB	Lisboa	20 anos Público CENJOR	Desastres e Guerras
José de Alencar	M		PB	Madeira	21 anos de Público, jornalista	Desastres/Madeira 2010 e 1993
Nuno Cunha	M		JM	Madeira	Jornalista	Experiência com diretor
Igor Melo	M		JM	Madeira	Jornalista	Diretor, jornalista
Joana Maia	F		Antena I	Madeira	Locutora,	Desastre Madeira

³⁴ Nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados.

* Legenda: DC- Diário de Coimbra; DN- Diários de Notícia; JN- Jornal de Notícia; JM-Jornal da Madeira; P- Público; RU – Rádio Universitária

GUIÃO

I. Caracterização:

Sexo:

Idade:

Tirou o curso? Onde?

Quantos anos de experiência profissional?

Tem alguma formação específica? Algo no tema do desastre?

Como foi seleccionado para área de catástrofes?

Quais os jornais em que já trabalhou?

Ligado alguma organização? Sindicato?

2. Jornalista:

2.1 Como você se **documenta**? Que tipo de fontes usa?

2.2 Um dos objectivos é **informar** as pessoas como agir.

2.3 Que jornalista é normalmente escalado para **cobrir** os **desastre**?

2.4 Tentar **alertar** para futuros desastres e possíveis perigos.

2.5 Há uma dinâmica de **manter seus empregos**.

2.6 Os jornalistas **aliam-se aos proprietários** e aos objectivos económicos destes.

2.7 Uma das motivações dos jornalistas é **tornarem-se conhecidos** pelo público e no meio dos colegas.

2.8 Há **competição** entre outros jornalistas por notícias de desastres.

2.9 O que leva a passar das **agências** de informação (Lusa, Reuters) para a **cobertura** directa em campo?

2.10 Há uma diferenciação do trabalho feito pelo estagiário e o jornalista?

2.2 A motivações na historia :

2.2.1 Os **factores** que influenciam na selecção e produção da história.

2.2.2. Há muitas vezes uma super **simplificação** da notícia para torná-la mais rápida, mesmo que isso influencie na qualidade da mesma.

2.2.3 A **selecção dos factos** é auto interpretação do jornalista sobre o acontecimento.

2.2.4 A **selecção de uma foto** é factor fundamental para atrair os leitores.

2.2.5 Os **editores** decidem sobre:

1. execução da produção da notícia,

2. fontes

3. quem vai a campo.

2.2.6 A **avaliação do editor** tem um certo peso no fabrico da notícia quando está escrevendo a mesma.

2.3.7 O **papel dos leitores** influencia no que vai ser escrito no futuro.

2.2.8

2.2.9 Tem algum **feedback dos leitores**: Facebook, Twitter Mail?

3. Organizações de ajuda- ONGs

3.1 Muitas organizações vêem no desastre um meio de **desenvolverem seu trabalho**.

3.2 Os desastres são de modo geral uma forma das ONGs promoverem maior sensibilização da população para as **doações**.

3.3 Pessoas que trabalham em organização **são bons contactos** para os jornalista entrarem no local de desastre e conseguir mais factos.

3.3 As ONGs que colaboram com os jornalista estão interessadas em **tornar-se mais visíveis**.

3.4 A colaboração entre jornalistas e **ONGs influencia** na produção da notícia.

3.5 As ONG são estereotipadas como **os heróis** que ajudam numa situação de desastre.

3.6 Cria-se uma **imagem que é compatível** com a perspectiva das ONGs para conseguir uma possível ajuda da mesma. Ex. Ser o primeiro a ser chamado ou ter informação em primeira linha.

3.7 Os jornalistas priorizaram contactar médicos, enfermeiros e directores das ONG do que outros que são considerados menos importantes.

4. Governo e autoridades nacionais

4.1 A **acção do governo** depende de específicos atores como: a imprensa, técnicos da protecção civil, comunidade científica etc.

4.2 Há um tipo de **estratégia de comunicação** do desastre.

4.3 O Governo está bem preparado para fazer **comunicados para acalmar ou para alertar** a população

4.4 O governo tem um **discurso pré-estabelecido** como resposta aos desastres naturais.

4.3 **Quais as estratégias de comunicação** das entidades nacionais, do comandos distritais? AENPC?

4.4 Acesso as vítimas - cuidados e relação com as vítimas.

4.5 Acesso físico ao local

4.6 Zona delimitadas

4.7 Acesso as fontes de informação

4.8 Papel de porta-vozes

6. Critérios que seguem na produção da notícia.

6.1 Facto recente, momentâneo

6.2 Intensidade ou magnitude do acontecimento.

6.3 Clareza, não dúvidas sobre o acontecimento

6.4 Quantidade de mortos e feridos

6.5 Acontecimento inesperado

6.6 Factos negativos “más notícias”

6.7 Foto de impacto

6.8 Maximização das perdas e da dor das vítimas

6.9 Construção de um “herói”

6.10 Causas e efeitos futuros

6.11 Potencial de cobertura, fontes

5. Os proprietários

5.1 Buscam o **fortalecimento do nome do jornal**, tornando-o mais conhecido e com maior credibilidade.

5.2 A **publicidade** é o principal investimento para a maximização do lucros.

5.3 Muitas vezes os **lucros** se sobrepõem a qualidade do jornal.

5.4 A **motivação chave** dos maioria donos de jornais é a obtenção de benefícios económicos

5.5 Há uma certa **pressão dos anunciantes** na produção da notícia.

5.6 Os jornalistas e os editores têm de se **aliarem aos interesses** dos proprietários.

